

MUNICÍPIO DE ARGANIL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

<u>Ata n.º 03</u>

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em

27 de Junho de 2015



ATA N.º 3

Ao vigésimo sétimo dia do mês de Junho do ano de dois mil e quinze, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu, pelas dez horas, a Assembleia Municipal de Arganil, sob a Presidência do Senhor Avelino de Jesus Silva Pedroso, Secretariado pelos Senhores Deputados António Gonçalves Cardoso e Fernanda Maria de Almeida Figueiredo Dias na qualidade de 1º e 2º Secretário, respectivamente.
<u>Seguidamente o 2º Secretário</u> procedeu à chamada nominal, tendo respondido os seguintes elementos:
SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS ELEITOS:
Arménia Maria Morgado Coimbra, Eugénio Tavares Fróis, Luís da Silva Moreira Gomes, António de Oliveira Simões, Cristina Maria de Almeida Jorge de Figueiredo, Luís Miguel das Neves Campos Almeida, Horácio Lisboa Afonso, António João Lopes, Fernando José Ribeiro Cavaleiro da Maia Vale, Paulo Jorge Marques Amaral, Patrick Wend Dias da Cunha, Fernanda Maria Marques Martins Pacheco, Ana Rita da Silva Gonçalves, Rui Martins Portugal
SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS COM ASSENTO:
Presidente da União das Freguesias de Cepos e Teixeira, José António Gomes Costa,

representante do Presidente da União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra, Paulo André Almeida, Presidente da União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz, António Manuel

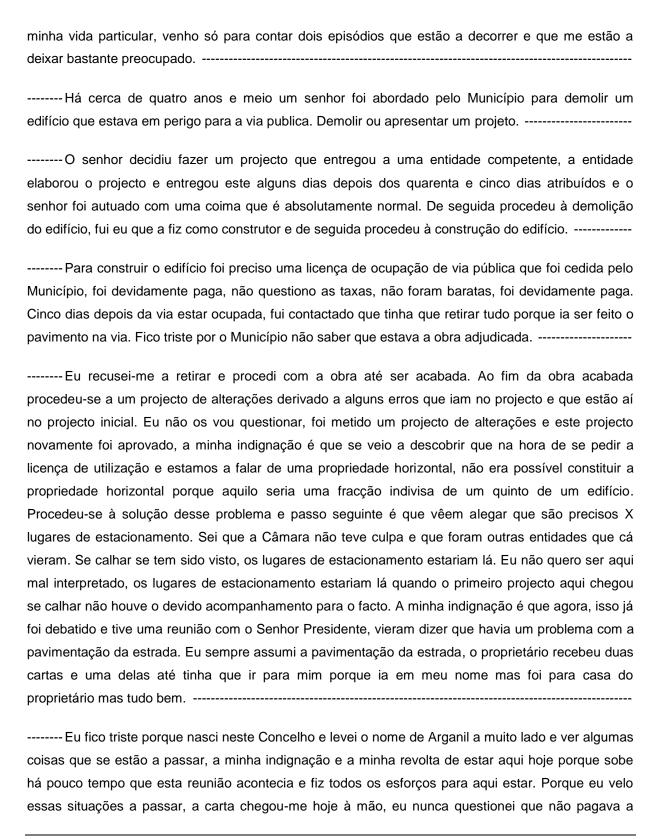


PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

a esta acta. ------

Do público presente a assistir à sessão da Assembleia Municipal, inscreveram-se três pessoas
o senhor Bruno Santos, o senhor Fernando Melo
Após os esclarecimentos feitos por parte do Senhor Presidente da Assembleia, Avelino
Pedroso, teve a palavra o senhor Bruno Santos que começou por cumprimentar todos os presente
e de seguida referiu " parte das pessoas aqui presentes não me conhecem. Eu nasci numa aldeia da
freguesia de Arganil e do Concelho. Chamo-me Bruno Santos e tenho uma empresa de construção
civil há quinze anos e outra de outro ramo à cerca de três anos. Eu não venho aqui para expor a







pavimentação da estrada muito embora tudo o que a Câmara me pediu para lá para aquela obra eu fiz devidamente, até uns sinais que a Câmara me pediu para lá colocar eu coloquei e depois a Câmara antes de acabar o prazo os funcionários da Câmara retiraram os sinais e os sinais nunca mais apareceram mas isso são pormenores.

-----Eu questiono o porquê disto uma vez que eu nunca fui visto neste Concelho para nada, a minha empresas nunca serviu para nada neste Concelho, eu questiono o porque disto quando nós temos a três quilómetros, quatro quilómetros daqui quatro a cinco casas a serem construídas de raiz sem projecto, sem licença, com areia retirada do rio, muros a crescerem para o meio da estrada que ainda à quinze dias três semanas uma pessoa lá teve um acidente porque lá foi o INEM buscá-la por o muro estar a crescer para o meio da estrada. Pergunto só se é por ser eu ou se será regra geral ou se nós temos que falar todos a mesma língua. Peço desculpa pela minha indignação porque eu até sobe que as coisas já estão a decorrer, este processo já está um pouco avançado, mas já passaram cerca de quatro anos e meio e eu tenho algum dinheiro a render nesta situação toda embora não tenha culpa nenhuma mas o proprietário entendeu que tinha lá uma clausula que só quando tiver licença de utilização é que paga ao empreiteiro e eu também derivado à idade avançada do senhor que eu respeito e deveria ser respeitada também por este município não passando por cima de nada mas deveria ser devidamente respeitada. Porque eu sou daqueles que no dia que tive que fazer um cartão de cidadão e por motivos de saúde e familiar e por motivos de vida profissional me tive que deslocar para a sede de Distrito, a coisa que mais me custou foi fazer um cartão de cidadão e pertencer à Assembleia de Freguesia de Arganil e estar numa mesa de Junta de freguesia e ter que me deslocar a São Paulo de Frades para ir exercer o meu direito de cidadão. Foi uma das coisas que me custou e andar com o nome de Arganil pelo Mundo fora como eu já andei muita vez e de representar tanta colectividade deste Concelho e como fui catorze anos bombeiro, custa-me às vezes ver coisas que eu sei que algumas não são totalmente da competência do Município mas ver o que está acontecer aqui a quatro quilómetros onde estão a ser feitas quatro casas com areia extraída do rio até com máquinas que eram da Câmara. Peço desculpa se me excedi, obrigada". ------

------ Usou da palavra o **senhor Fernando Melo** que começou por cumprimentar todos os presente e de seguida referiu " o que me trouxe cá lamentavelmente é um processo que já se arrasta de Outubro de dois mil e treze, já lá vão dois anos. Portanto o meu vizinho fez lá um muro, não cumpriu com os regulamentos, a Câmara por sua vez e muito bem obrigou-o a cumprir, o último ofício que aqui tenho da Câmara assinado pelo senhor Presidente, dá-lhe um prazo e isto foi já em dois mil e treze e o



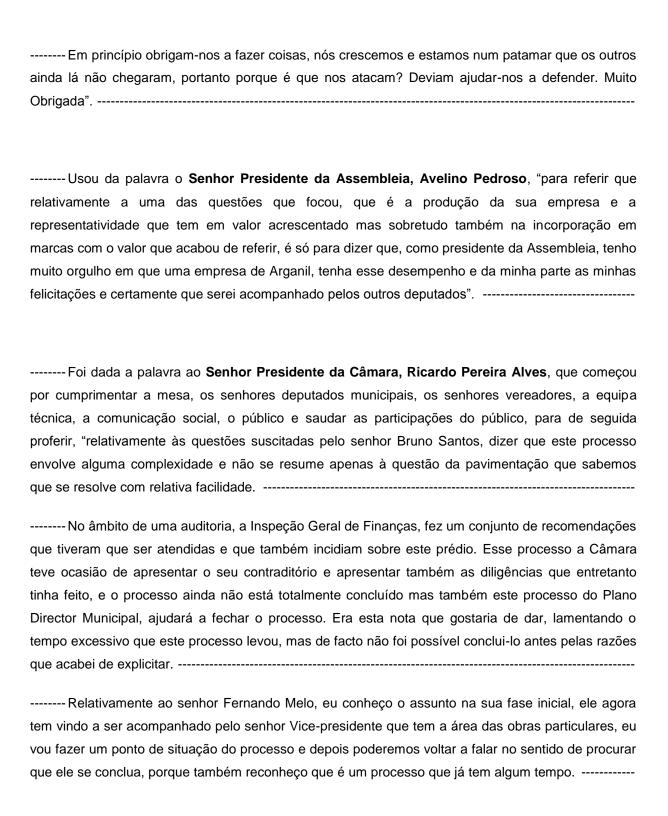
------ Em relação à fábrica eu tenho uma pequena experiência, muito pequena, a desculpa que toda a gente vai dar é que à uma crise internacional ou que à não sei quantos. A nossa fábrica apesar de ser perseguida pelo grupo de Arganil, que eu chamo grupo de Arganil que eu sei bem quem são as pessoas durante anos, conseguiu investir, crescer. Neste momento em cada cinco automóveis, euro cinco e euro seis que são os últimos, três têm peças no motor, feitas em Arganil. Para os nossos operários é um orgulho, para mim também, mas para Arganil não é. Saber que há uma empresa que tem crescido, que só vende para o exterior, o que cria muitas invejas, com o valor acrescentado que eu pedi agora à CCDR para me enviar, é dos maiores valores acrescentados do país nas exportações, não é volume de vendas, é valor acrescentado, acham bem sermos perseguidos. Eu sei que há pessoas que falam muito bem, dizem coisas muito bonitas, mas falar é uma coisa fazer é outra. Nós não fomos ouvidos nem achados em nada, fomos colocados naquela zona pela Câmara de Arganil, foi-nos prometido uma zona de expansão e foi-nos prometido que não colocariam à volta da



nossa fábrica outras fábricas poluentes, entretanto surgiu a ideia genial de irem para a relvinha que no fundo é bom porque está a industrializar o nosso país, mas é melhor para tábua do que para nós. -----

-----Temos uma fábrica que fornece as melhores marcas de automóveis da europa e do mundo, neste momento ganhámos a Chrysler, parte da Chrysler nos Estados Unidos. Eu penso o que é isto, porque é que nos atacam, porque é que fazem um PDM, para que é que interessa um PDM, servemse do PDM como uma bandeira de vitória, o que é que ganharam? Vamos ver no futuro o que vão ganhar, eu olho para o PDM e no que diz respeito à indústria é um crime o que está aqui, é mau, não é bom para Arganil, mas é a minha opinião. Agora no que respeita, não havendo indústria, não é comércio no Concelho, como é que se criam postos de trabalho, como é que esses postos de trabalho e essa indústria dá origem ao comércio e esse comércio depois dá origem às tais construções das casinhas. Não, para ganhar votos toda a gente pode construir, quer dizer não pode ser, o PDM não pode ser uma arma politica, é uma arma de desenvolvimento da região, eu peço-lhes a todos que defendam Arganil e vamos ver o futuro porque o passado já provou o que é que fizeram. De vinte e um mil habitantes estamos em doze, qualquer dia o Presidente da Câmara é Presidente da própria Câmara, não tem ninguém à volta, ou se não passamos a ser uma freguesia de Oliveira do Hospital ou de Tábua. Quando eu vim para Arganil, Arganil batia-se por ser o quarto Concelho do Distrito, neste momento está em décimo primeiro pelas minhas contas, porque eu analiso as coisas. Tenho uma estratégia, Tábua está em terceiro, á desculpas, Tabua é não sei o quê mas está em terceiro, cuidado...no meu tempo quantos postos de trabalho havia quando o senhor entrou para a Câmara, quantos há hoje, não sabem. Quantas pessoas têm Arganil ao certo. Não se pode decidir nada sem ter elementos, os operários de Arganil para não virem com desculpas, são dos melhores, nós só exportamos porque temos bons operários, e só exportamos porque temos boa formação e temos boa







-------Quanto à intervenção do senhor engenheiro Francisco Moreira, já tive ocasião de lhe responder, porque na essência a sua intervenção é semelhante àquela que fez na reunião de Câmara na passada terça-feira, apenas dizer e agora falo não apenas pelos mandatos em que sou presidente de Câmara, falo pela Câmara Municipal e naturalmente tenho a obrigação de a defender e defender todos aqueles que exerceram funções na Câmara Municipal. Sei que a Câmara Municipal teve sempre para com as empresas do concelho uma perspectiva colaborativa e uma perspectiva de ser parceira no seu crescimento e não aceito que possam ser feitas considerações sobe a actuação da Câmara Municipal quer deste executivo quer dos anteriores sejam eles eleitos pelo partido social democrata sejam eles eleitos pelo partido socialista, aquilo que sei é que sempre a Câmara Municipal procurou fazer o melhor no sentido do desenvolvimento industrial do concelho.

------Teve a palavra a **senhora Deputada Arménia Coimbra**, que começou por cumprimentar todos os presente e de seguida referiu, "eu não quero de modo algum fazer qualquer aproveitamento partidário no sentido de a bancada do partido socialista querer aproveitar estas três intervenções para poder até começar por dizer, hoje quase não era necessária qualquer oposição ao executivo, não quero com isso fazer, quero apenas dizer o seguinte, que me parece que deve ser dito ao senhor Presidente da Câmara, as respostas que deu aos três munícipes, afiguraram-se-me parcas e não consubstanciadas, sem substância, isto porquê? É muito importante nós pensarmos que este momento da intervenção do público, é um momento muito importante, é quando o público tem

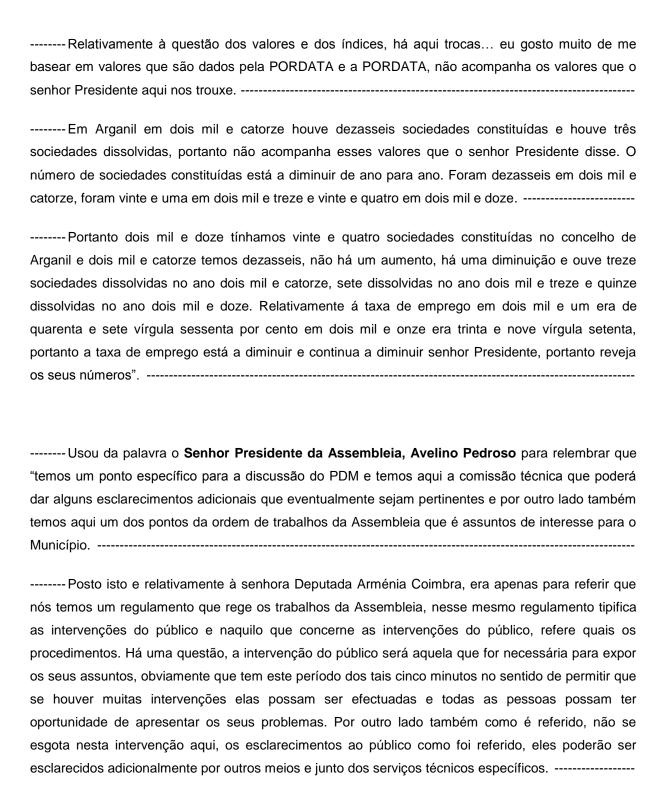


------ Provavelmente os serviços estão a funcionar como uma grande máquina burocrática e administrativa como funcionam e que nos meios pequenos sobretudo como é o nosso e como disse e bem o engenheiro Moreira, de vinte e um mil habitantes passámos para doze mil, não é perder muito tempo dando atenção ao caso concreto, registo que lamentou senhor Presidente o tempo excessivo, mas deveria ter criado um pouco mais de expectativa legitima que tem o senhor Bruno e o senhor Fernando Melo a que os casos deles sejam atendidos e sejam tratados com igualdade, não vou descorar que o senhor Bruno disse e o senhor Presidente a isto não se referiu penso eu, que há quatro construções que estão a ser executadas sem o rigor e o cumprimento legal que àquela construção que ele referiu foi imposto.

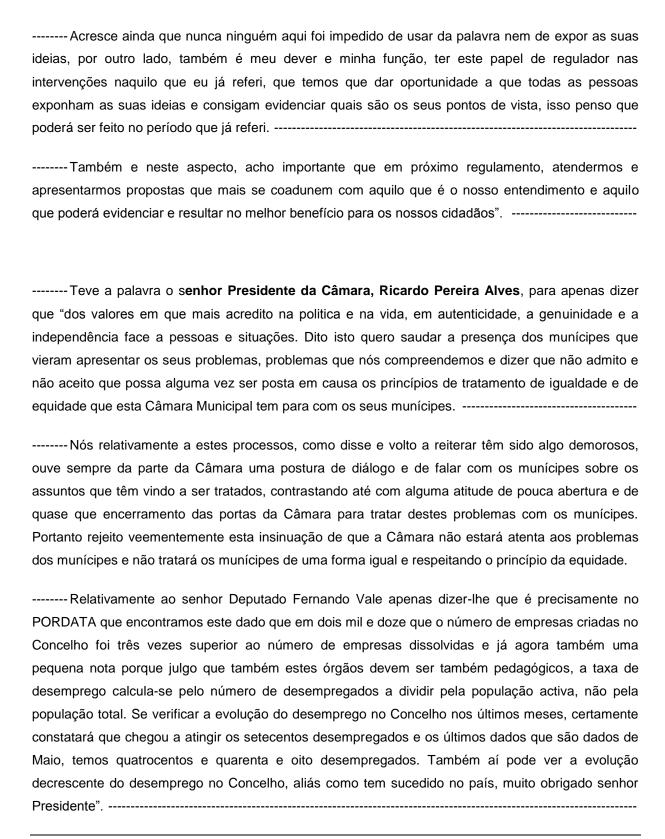
------ Devemos portanto aceitar todos nós enquanto membros deste Órgão, estas oportunidades para melhorar as nossas actuações e senhor Presidente da Assembleia digo-lhe, a mim não me repugna que estes senhores possam usar mais cinco minutos e também censurar um pouco a sua advertência, que ao fim de um minuto mais do que o tempo que lhe é permitido, já lhes tenha dito, já vai em seis ou sete minutos. Senhor Presidente da Assembleia gastamos nós aqui autarcas tanto tempo a repetir como eu estou provavelmente agora a repetir-me, que a mim não me custa que estes munícipes em vez de cinco, tenham dez, porque em vez de três podiam ser vinte e aí seriam então vinte cinco minutos e só foram quinze, portanto sejamos mais tolerantes, estamos no tempo deles e nós temos tempo para isso, estamos a ser cada vez menos portanto temos que ter mais tempo para aqueles que vão desistindo aqui.













Pediu a palavra o Senhor Deputado António João Lopes para dizer, "o Fernando Vale referiu
que queria ser esclarecido quanto à não atribuição da zona de protecção, e essa resposta não foi
dada, eu gostaria de saber porque é que não foi concedida a zona de protecção há fábrica do
engenheiro Moreira, e se inviabiliza a expansão da mesma fábrica, obrigado"
Explicou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Avelino Pedroso , "como já referi
há um ponto específico para este tema e então terá oportunidade de colocar a questão"

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1- Leitura do expediente
Teve a palavra o Senhor 1º Secretário da Assembleia Municipal, António Gonçalves Cardoso, para fazer a leitura da correspondência recebida
De todo o expediente recebido, que está arquivado na devida pasta, teve destaque a proposta apresentada pelo Senhor Deputado António João Lopes, tendo sido lida a propostas número vinte e
sete que se encontra anexa à presente acta
"Tendo em consideração os preliminares legais em anteriores propostas e lamentando a pouca atenção dada às mesmas, não encontrando tempo para debate, apresento para a próxima Assembleia a proposta vinte e sete da CDU.
Tendo em atenção o esforço para incrementar o Turismo, devido à inovação do projeto



Considerando que o Ambiente pode ser melhorado, tendo em conta o arejamento e ventilação
na água
Embora o consumo de energia possa ser algum, há possibilidade de melhorar a gestão desta no Município.
Proponho que seja instalado, no rio Alva, confluência com a ribeira da Mata, em Coja, um
Repuxo que suba até ao nível das Pontes
Investimento, ritmo de funcionamento, iluminação, etc, são aspectos a serem debatidos pelas
posições políticas da AM. Em S. Pedro do Sul há um equipamento desta natureza, onde podem ser recolhidas informações"
Esta proposta foi remetida ao Senhor Presidente da Assembleia que por sua vez a remeteu ao Executivo e que nos deu a seguinte resposta:
"Acusamos e agradecemos o envio da proposta do Senhor Deputado Municipal da CDU, Eng. António Lopes.
Consideramos, no entanto, que no quadro actual de dificuldades económicas e financeiras que o país atravessa, que existem outras prioridades
O citado projecto implica um elevado consumo de energia e, consequentemente, custos associados demasiado elevados"
Esta foi a resposta que foi recebida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e que será depois comunicada ao proponente"
Pediu a palavra o Senhor Deputado, António João Lopes que referiu, "sabendo nós que esse
termo "custos exagerados" pode ser vinte euros ou pode ser vinte mil, ou duzentos mil, eu gostava de saber, o que são custos exagerados a que chegou a pessoa que fez os cálculos"
Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, Ricardo Pereira Alves, para explicar "o
custo aqui mais significativo é o custo da manutenção e da gestão do equipamento, que de facto é



2 – Discussão e Votação da Acta da Sessão nº2 realizada no dia 25 de Abril de 2015
Não havendo qualquer pedido de intervenção, a acta foi colocada à votação, sendo aprovada pela maioria, com uma abstenção do Senhor Paulo Baptista, secretário da Junta de Freguesia de Folques.
3 – Assuntos de interesse para o Município
Teve a palavra o Senhor Deputado António Lopes para dizer "eu volto a por a questão, dado que para a empresa do Eng. Moreira não foi concedida a zona de protecção, eu não sei o que implica isto".
Interveio o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Avelino Pedroso , para explicar que o ponto relativamente ao PDM é o ponto número três do Período da Ordem do Dia e todos as intervenções relacionadas com este assunto deverão ser feitas nessa altura, uma vez que poderão ser melhor esclarecidas devido à equipa técnica poder responder
Continuou o Senhor Deputado António Lopes "quanto a Saúde, eu entreguei um baixo-assinado antes das últimas eleições autárquicas em que se referia a dificuldades da população idosa



da zona de Pombeiro para vir ao médico fazer análises e regressar a casa. Eu gostaria de saber se foi feito alguma coisa semelhante àquela que existe na zona de Coja, Benfeita, Cerdeira, ali pela serra, em que há uma viatura em que nuns determinados dias, leva as pessoas ao posto de saúde, isto era para a zona de Pombeiro. -----------Na área de saúde fui informado que os hospitais dos Covões e Sobral Cid, iriam fechar como já aconteceu com o do Lorvão. ------------ Quanto a Ambiente, já referi várias vezes ou pelo menos duas vezes que a ribeira que vem de Pinheiro de Coja desaguar no rio Alva junto ao moinho das rabaças que é perto daquela ponte nova Drº Fernando Vale, transporta na época do Verão águas residuais de Pinheiro de Coja, é evidente que isto é de Tábua, gostaria de saber se este ano isso já está resolvido. ------------- Quanto a Conforto, julgo que devia haver melhor forma de podar as árvores da praça em Coja e podem fazer sombra logo em Maio e em Junho, mas como são completamente cortadas ficando apenas os tarolos de há vinte anos da árvore, para crescerem os ramos que fazem sombra, só em fins de Agosto. Logo proponho que o Município olhe para isso com mais atenção, para no próximo ano em Novembro em vez de cortar todos os ramos que cresceram nos últimos anos, deixe algumas pontas que permitam criar condições de maior conforto, semelhante ao que se passa aqui na Fonte Amandos, ao que se passa em Vila Cova ou em Folques, aqueles Plátanos são podados mas com outros princípios. ------------ Quanto a Embelezamento e Turismo gostaria de saber como é que está o andamento relativo àquelas ruínas em Vila Cova que estão junto ao Convento porque qualquer dia aquilo cai dado a situação em que está. ------------ Tenho agora mais alguns assuntos, mas dado que só tenho cinco minutos, reservo para o outro período de cinco minutos, obrigado". ------------ Foi dada a palavra à Senhora Deputada Arménia Coimbra, para proferir "...as pessoas que estão sob a minha dependência autoridade, nunca falham. Senhor Presidente, eu admito sempre que quem se queixa, poderá ter alguma razão, o que nós temos é que descobrir se a têm ou não têm, é o

nosso dever e se não a tiver, esclarecer e ainda bem que não tem. Agora dizer como o Senhor



Presidente diz, eu nunca erro, é seu timbre o que é que eu posso fazer. Os munícipes precisam de uma esperança de que os casos que apresentam sejam ponderados e eu volto a dizer, quando aqui veêm, mesmo não sendo o local próprio é porque já esgotaram as outras vias como parece que esgotaram. ----------Indo ao concreto para o que eu pedi a palavra neste momento, como sabe todos nós em uníssono estamos todos de acordo, as duas bancadas ou as três bancadas, temos mais uma, os Senhores Vereadores, todos, que o Teatro Alves Coelho merece o apoio, merece a atenção de todos nós, sociedade civil incluída. Sabemos que os esforços têm sido conjuntos, sabemos que as decisões tomadas têm sido no interesse público. Veio ao meu conhecimento, que está pendente uma acção judicial no Tribunal instaurada pela Santa Casa da Misericórdia há alguns meses, não tenho conhecimento dela nem tenho que ter, pessoal, mas enquanto Deputada, gostaria de tomar conhecimento. ------------Não sei que tipo de acção é, já pedi informação a quem deveria pedir, como me foi confirmado que estava, gostaria que o Senhor Presidente com rigor, informasse que tipo de acção é, que riscos corre e até quem mandatou e se possível eu gostaria de consultar essa acção judicial, gostaria de ter um conhecimento mais concreto no interesse do município porque ponho-me ao lado do Município nessa acção se V. Exma me quiser como testemunha, eu lá estarei entre aspas, naquilo dos factos que poder testemunhar, porque o que eu pretendo é que a Câmara faça as obras que tem a fazer, que a Câmara cumpra com o que tem a cumprir a bem do Município e independentemente de que um dia mais tarde ou ainda nesta Assembleia nos seja também dada alguma informação sobre o projecto

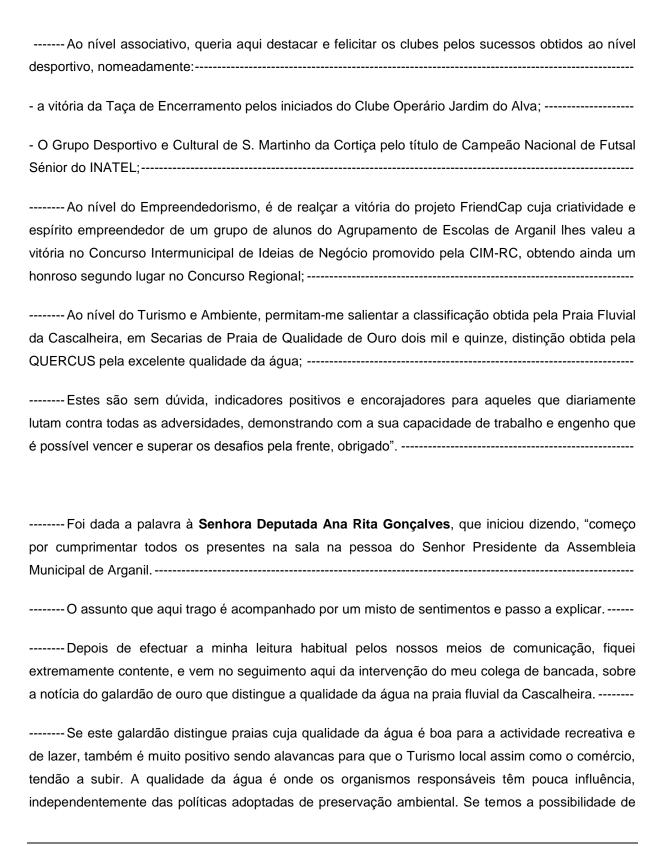
------Teve a palavra o **Senhor Deputado Fernando Vale**, que referiu "eu queria colocar duas questões. A primeira tem a ver com a Estrada Nacional trezentos e quarenta e dois, o Senhor Presidente da Câmara há algum tempo garantiu-nos que a Estrada Nacional trezentos e quarenta e dois iria ser beneficiada durante o ano de dois mil e catorze, o ano de dois mil e catorze passou e nenhuma obra foi executada na Estrada Nacional trezentos e quarenta e dois. Depois disse-nos que essas obras passariam para dois mil e quinze, já estamos a meio de dois mil e quinze e também ainda não se vislumbram quaisquer obras naquele traçado. Gostaria de saber se essas obras efectivamente e vão concretizar, agora é período eleitoral e até é possível que se concretizem,

de obras que já está em curso. Era tudo". ------



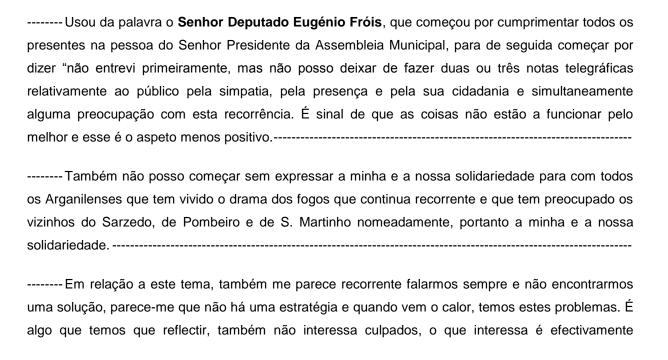
gostaria de saber que informações é que o Senhor Presidente da Câmara tem relativamente a este assunto
Segunda questão, na Assembleia Municipal de Fevereiro e porque veio ao nosso conhecimento através de informações e queixas de munícipes do Concelho de Arganil, que membros do Executivo Camarário, se deslocavam nas viaturas da Câmara em deslocações privadas e pessoais e tendo em conta a resposta que nos foi dada através do requerimento que apresentamos nessa Assembleia Municipal na qual o Senhor Presidente da Câmara Municipal diz que relativamente ao primeiro requerimento, "informamos que não existe em despacho ou deliberações emitidas sobre o assunto exposto", gostaríamos de saber se tem ou não fundamento estas queixas que chegaram até nós através de munícipes do nosso Concelho.
Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Arganil, João Travassos , que começou por cumprimentar todos os presentes e de seguida referir, " um pequeno apontamento que nos leva para o velho ditado, depois da casa roubada, trancas à porta
Verificámos infelizmente esta semana, com o incêndio que começou na freguesia de S. Martinho da Cortiça e estendeu-se até à de Arganil e do Sarzedo e verificamos que no Maladão há ali a falta de uma estrada que saindo junto da casa da Dona Piedade vá até ao cabo do povo para numa ou outra ocasião que possa acontecer outro sinistro, esteja funcional e possa evitar que haja ali problemas nas casas que ficam adjacentes. Era só isso muito obrigado"
Teve a palavra o Senhor Deputado Luís Almeida , que começou a sua intervenção por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa cumprimentou todos os presentes e de seguida saudou o Senhor Presidente de Câmara e na sua pessoa cumprimentou os
restantes membros do executivo
No entanto, apesar desse infortúnio ocorrido, permitam-me focar a minha intervenção para alguns aspectos positivos, nomeadamente vitórias recentes, que na minha opinião merecem







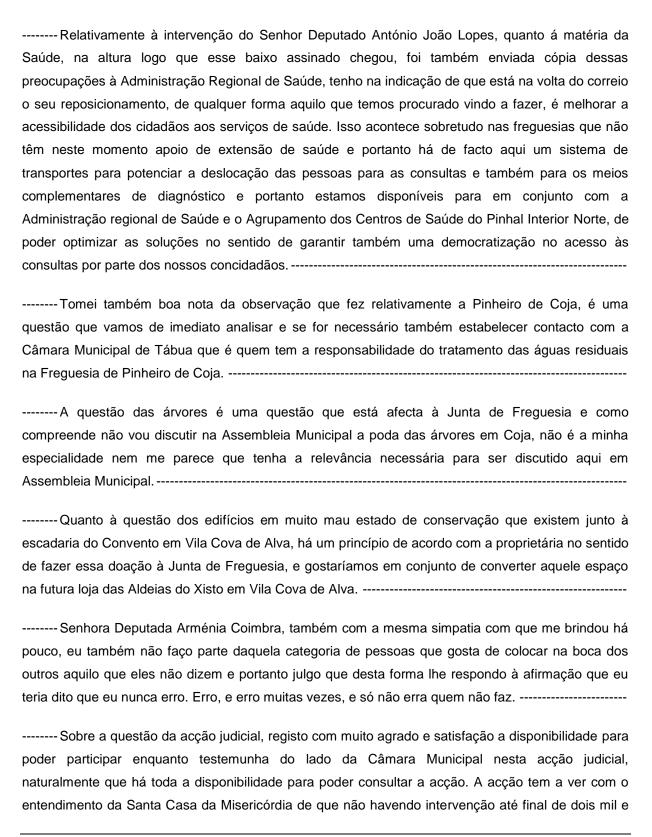
partindo de uma água de boa qualidade para uso recreativo e de lazer, facilmente se compreende que onde podemos intervir, é ao nível das envolvências, nomeadamente nos equipamentos e se não estou enganada, esta competência, e o senhor Presidente me irá dizer se estou enganada ou não, é da Câmara Municipal de Arganil. É aqui que entra o meu sentimento de tristeza e passo a explicar de uma forma muito concreta, no fim-de-semana passado, realizamos um piquenique na praia da Cascalheira, jovens de Arganil e jovens de outras zonas do país, no qual estavam admirados com a beleza do nosso Concelho e da nossa praia, no entanto, as casas de banho daquele edifício, estavam e desculpe-me a palavra, imundas, eu senti vergonha no meio de tanta beleza e de tanta qualidade de ouro no que respeita à qualidade da água, os equipamentos envolventes não estarem nas melhores condições para os seus visitantes usufruírem e se não estou enganada, volto a repetir, esta competência é da Câmara Municipal de Arganil. O que se tem vindo a verificar é que ao longo destes últimos anos é que o único empenho que tem sido colocado na praia fluvial da Cascalheira, tem sido da Junta de Freguesia de Secarias não se verificando e como o Senhor Presidente refere e paço a citar, "um prémio para todo o esforço que tem vindo a ser feito no sentido de garantir também a excelência daquela praia", no meu entender, apenas devia estar o agradecimento que fez posteriormente à Junta de Freguesia por todo o trabalho desenvolvido, muito obrigada".-----





melhoria e que esta situação tendesse de facto a não acontecer, ou não acontecer pelo menos com esta frequência. ------------Uma nota também telegráfica sobre o Boletim Municipal que recebi, que todos recebemos, e relativamente a esse Boletim Municipal, trás relato de obras que enquanto Arganilense e Munícipe me deixam muito contente, trás intenções de obras que também me deixam com uma expectativa positiva que reconheço, mas tem uma nota que eu também não poderei deixar de referir aqui porque me parece importante. Constatei com mágoa que esse Boletim Municipal, não tem um espaco como deveria ter para a oposição. Fui procurar o estatuto da oposição, imprimi várias folhas, verifiquei aquilo que penso que todos sabemos e que não é esse o problema, porque não é o estatuto da oposição que está em causa, o que está em causa penso, é um lapso grosseiro que não se deve ------ Para finalizar e para esta intervenção telegráfica, eu gostaria de dizer ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que tenho acompanhado aquele problema candente, que é a desertificação, despovoamento. Tenho visto que em instâncias regionais o têm priorizado, constatei com agrado que aqui no vizinho Concelho de Góis a CCDR esteve presente ao mais alto nível numa iniciativa da ADIBER onde debateu este problema, tenho estado relativamente sossegado porque sei e porque sabemos todos que estas iniciativas para além da nossa boa vontade têm que ter o apoio nacional e de estratégias com dinheiros públicos nomeadamente do Portugal 2020, que essas definições estão todas por fazer. Resumindo toda esta intervenção que acabei de fazer sobre este tema Senhor Presidente, é que ele é muito importante, que o Senhor teve uma resposta que me agradou muito e que temos em conjunto arregaçar as mangas e logo que seja possível debater isto.----------Se me permitem e para acabar, verifico que isto é analisado de uma maneira geral, de uma forma sofisticada, com uma linguagem técnica que as pessoas destes territórios não entendem, que a nossa reunião, é um desejo, não passa disso, futuro, que tenha uma componente se possível, essencialmente prática. Era isto na primeira intervenção, muito obrigado". ------------ Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, Ricardo Pereira Alves, para proceder aos esclarecimentos. ------"Vou procurar ser sintético nas respostas que vou dar, sem contudo dar a informação toda que considero necessária.-----







treze, o Teatro teria que ser devolvido, a Câmara Municipal não tem a mesma posição, a nossa posição é que haveria a faculdade da Câmara poder devolver o Teatro se não conseguisse realizar as obras por não ter financiamento comunitário até final de dois mil e treze e portanto é esta a divergência de fundo, estamos com toda a determinação nesta acção, é o professor Pedro Gonçalves Alves que defende a Câmara neste processo e naturalmente que acreditamos que vamos vencer esta acção, mas naturalmente como em todas as acções o resultado só no final é que poderemos avaliar.

------ De todo o modo o que estamos a fazer é cumprir aquilo que foi decisão da Câmara Municipal de vinte e um de Abril, de avançar com as obras, apenas uma pequena nota, a acção só deu entrada no dia vinte e três de Abril portanto depois da decisão da Câmara avançar com as obras de requalificação do Teatro Alves Coelho, teremos ocasião de em devido tempo, trazer aqui mais informação relativamente ao projecto que está a ser desenvolvido, neste momento sobretudo a vertente das especialidades e aquilo que contamos é que a obra possa ter início nos primeiros meses de dois mil e dezasseis. É esta a nossa perspectiva e é para esse objectivo que estamos a trabalhar.

------ Senhor Presidente da Junta de Arganil referiu-se à questão da criação de uma estrada em redor da povoação do Maladão para fazer face a potenciais incêndios que possam existir no futuro, como existiu um esta semana, manifesto a nossa disponibilidade contando também com o apoio da



Junta de Freguesia no sentido de contactar os proprietários para poderem deixar passar a estrada e julgo que isso será possível. ------

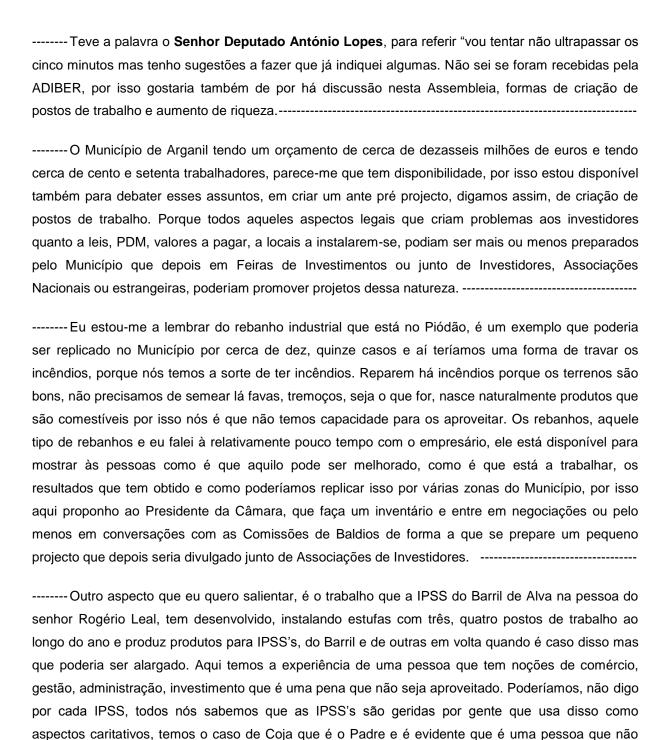
Relativamente à praia fluvial da Cascalheira quero reiterar o nosso regozijo pela atribuição desta distinção pela parte da Quercus, e agradecer os esforços que têm sido possível fazer quer pela



Câmara Municipal mas também pela Junta de Freguesia das Secarias. Dizer que aquilo que a Senhora Deputada Ana Rita Gonçalves disse, o equipamento tem sido alvo de algum vandalismo, a Câmara Municipal tem feito algumas reparações de seguida, neste momento também não estava em funcionamento o bar, assinámos esta semana o contrato de concessão do bar e portanto ele ficará a funcionar em breve e assim julgo que esta questão ficará ultrapassada. ----------------Senhor Deputado Eugénio Fróis referiu-se à questão do Boletim Municipal, de facto e tive ocasião de o transmitir em Reunião de Câmara, houve uma falha que eu assumo e portanto, apresentei nessa reunião as nossas desculpas aos Senhores Vereadores da oposição, não lhe foi solicitado o texto para incluir no Boletim Municipal e isso já não acontecerá na próxima edição e naturalmente queremos dar cumprimento àquilo que é o Estatuto de Direito da Oposição e assim dar o espaço para que a oposição possa manifestar as suas concordâncias e discordâncias relativamente há acção do Executivo Camarário porque queremos que o Boletim Municipal seja uma expressão daquilo que acontece no Concelho, naquilo que existe positivo e negativo com a visão dos diferentes intérpretes autárquicos, muito obrigado Senhor Presidente". ------------ Pediu a palavra o Senhor Deputado Fernando Vale para referir "porque a resposta do Senhor Presidente da Câmara foi ambígua, eu gostaria de receber uma resposta taxativa do Presidente da Câmara Municipal de Arganil, se os membros do Executivo, se deslocam nas viaturas da Câmara em deslocações pessoais, sim ou não. Também só dar uma nota de que vou enviar para o seu e-mail os dados da PORDATA que são aqueles que eu referi, para ter os dados mais atualizados". --------------------- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Arganil, Ricardo Pereira Alves apenas para dizer "Senhor Presidente eu relativamente à questão da PORDATA, tenho todo o gosto em receber o e-mail do Senhor Deputado Fernando Vale e terei todo o gosto também em lhe disponibilizar os dados que aqui apresentei.-----------Relativamente a esta questão o que eu gostaria de reiterar é, se os Senhores Deputados entendem que deve existir um regulamento de utilização das viaturas municipais por parte do Executivo, estamos disponíveis para o discutir, se tem situações concretas a apontar, faça favor, cá

estarei para analisar". ------



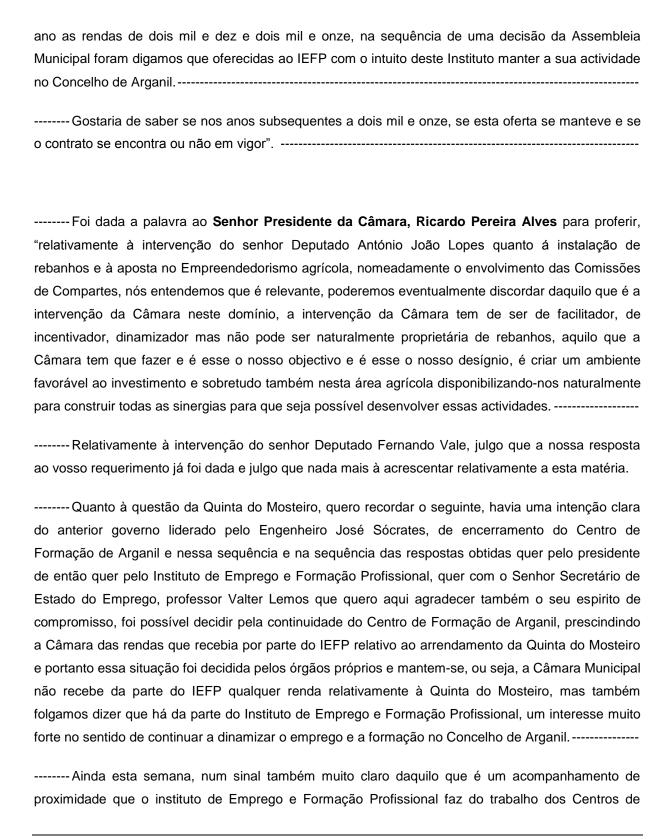


está dentro destes assuntos, mas temos que ser capazes de encontrar a pessoa conveniente. Um



------Outras questões que eu também queria colocar aqui, são relativas à Quinta do Mosteiro. Na sequência da extinção do Cinterbei foi celebrado um contrato de arrendamento entre o Município de Arganil e o IEFP e o valor mensal dessa renda era de oito mil e duzentos euros se não estou em erro e o objecto do mesmo era toda a Quinta do Mosteiro, que são cerca de cento e dez hectares. A partir de Janeiro de dois mil e dez, o IEFP deixou de pagar a renda julgo, e julgo também que no final desse





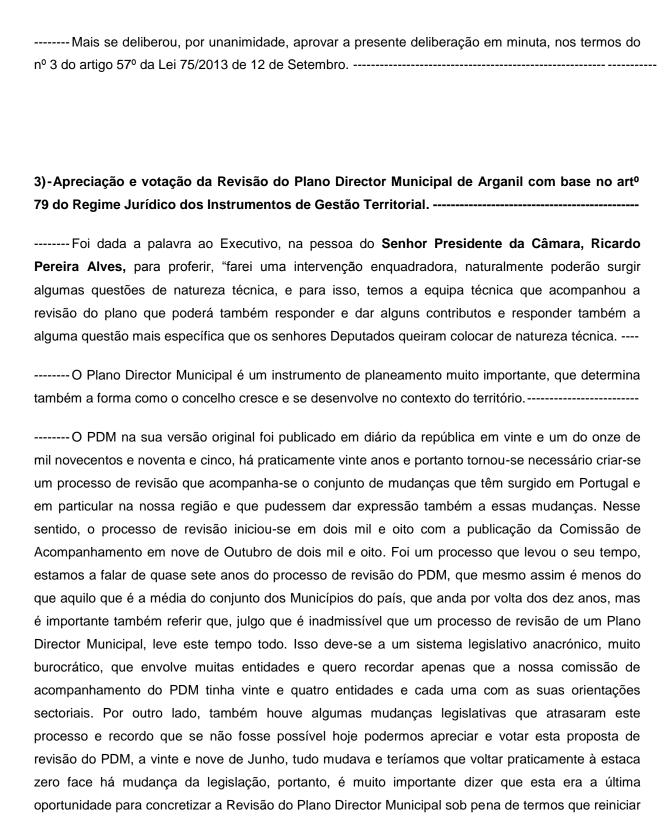


Emprego e Formação Profissional, o Conselho de Administração do IEFP reuniu precisamente na Quinta do Mosteiro, tendo estado o seu presidente e toda a sua direcção que como os senhores Deputados sabem é constituída para além do Conselho Directivo, tem ainda a UGT, a CGTP, a CIP, a Confederação do Comércio, a Confederação do Turismo e também o representante da Segurança ------ Pediu a palavra o senhor Deputado Fernando Vale, "do que eu depreendi das suas palavras, é que o contrato entre a Câmara Municipal e o IEFP de Arganil se mantém vigente. Então a minha pergunta é a seguinte, se este contrato se mantém vigente será que a Câmara podia lançar um concurso de arrendamento de parte do projecto daquele contrato? -----------Relativamente à questão do requerimento, nós concluímos que é verdade que alguns Vereadores do Executivo, utilizam os carros que são pertença do Município em proveito próprio portanto nós iremos agir em conformidade, mas gostaria também aqui de salientar que eu enquanto era funcionário desta Câmara, recebi como todos os outros uma informação interna dizendo que os carros do Município não poderiam ser utilizados pelos funcionários sob pena de lhes ser administrada uma sanção disciplinar e nós julgamos que o exemplo tem de vir de cima". ------------Teve a palavra o senhor Deputado António Lopes apenas "para dizer ao Senhor Presidente da Câmara que no decreto setenta e cinco, página cinco seis nove cinco, diz ponto dois alínea M, os Municípios dispõem de atribuições designadamente nas seguintes áreas, promoção do desenvolvimento, por isso não ponha já a incapacidade de fazer alguma coisa porque o Município não pode ser proprietário de rebanhos, até pode mas não quer e aceito que não queira, mas tem de fazer a promoção do Desenvolvimento, portanto aqui estou a dar-lhe algumas sugestões, agora não venha é trazer gente que só tem imaginação para dizer não, traga gente que tenha imaginação para dizer sim há riqueza que temos e que perdemos completamente". ----------- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara, Ricardo Pereira Alves, "para responder à questão que o senhor Deputado Fernando Vale colocou relativamente à Quinta do Mosteiro.------



Face á não utilização de um conjunto de parcelas agrícolas por parte do IEFP, este deu autorização expressa para que a Câmara Municipal pudesse lançar o concurso para desenvolver actividades de empreendedorismo agrícola"
ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA
1) Apreciação e votação dos Contrato-Programa das Freguesias de Benfeita; Piódão; Pomares; Pombeiro da Beira; São Martinho da Cortiça e Sarzedo e da União das Freguesias de Cerdeira e Moura Da Serra; Coja e Barril de Alva; Vila Cova do Alva e Anceriz e Cepos e Teixeira, no apoio financeiro para a comparticipação na execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva e aquisição de equipamento
Não havendo pedidos para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia, colocou à votação o contrato programa tendo sido aprovado por unanimidade
Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.
2) Apreciação e votação dos Contrato-Programa da Freguesia de Arganil, Folques, Piódão, Pomares, Pombeiro da Beira, S. Martinho da Cortiça, Sarzedo e União das Freguesias de Cepos e Teixeira, Cerdeira e Moura da Serra, Coja e Barril de Alva e Vila Cova do Alva e Anceriz no apoio financeiro para a comparticipação na execução de diversos trabalhos nas citadas freguesias
Não havendo pedidos para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia, colocou à votação o







------Por outro lado a aposta no turismo, também recordo o forte condicionamento que existia à construção de equipamentos turísticos fora dos aglomerados, nomeadamente em espaço silvo-pastoril, neste momento, com este processo de revisão é possível construir turismo em espaço rural,



agrícolas e florestais mediante naturalmente determinadas condições. Por outro lado também a questão que era dramática de querermos captar novas industrias e falando especificamente do caso da zona industrial da relvinha e não termos espaço industrial classificado para o poder fazer para além de muitas vezes a Câmara não dispor de uma bolsa de terrenos para poder colocar no mercado para a instalação de novas industrias. Houve um aumento significativo da classificação do solo como espaço para a instalação de indústrias com o processo de revisão do Plano Diretor Municipal.-------

------Também outra matéria que há partida seria fortemente constrangedora daquilo que é o desenvolvimento do concelho, nomeadamente as áreas de edificação dispersa. O PROT, as orientações do Plano Regional de Ordenamento do Território, apontavam para que a área mínima para poder construir fora dos aglomerados urbanos e dos aglomerados rurais fosse trinta mil metros quadrados, três hectares e nós conseguimos dez mil metros quadrados, um hectare, continua a ser uma área significativa é verdade, mas também cruzando esta orientação com aquilo que é a legislação no domínio das florestas, dificilmente poderíamos ter uma situação mais favorável do que esta, que é a dos dez mil metros quadrados. Recordo apenas que um concelho vizinho, que terminou à muito pouco tempo o processo de Revisão do Plano Director Municipal e lá ficou plasmado que as áreas mínimas para poder construir na maior parte das freguesias, são trinta mil metros quadrados e noutras freguesias são vinte mil metros quadrados, portanto nós temos a situação mais favorável da região centro em termos de edificabilidade fora dos aglomerados urbanos e dos aglomerados rurais. --

------ Em conclusão, este é um documento como disse, fortemente condicionado pelas exigências da administração central, pelos seus organismos, é o compromisso possível entre aquilo que são as nossas expectativas e aquilo que foram as nossas propostas e recordo que as nossas propostas mesmo depois da discussão pública, foi de levar a estas entidades aquilo que eram as pretensões de todas as pessoas, instituições e freguesias que participaram. Foi possível ter aquele grau de acolhimento que já referi, mas de facto é o compromisso possível entre todos estes aspetos. ---------

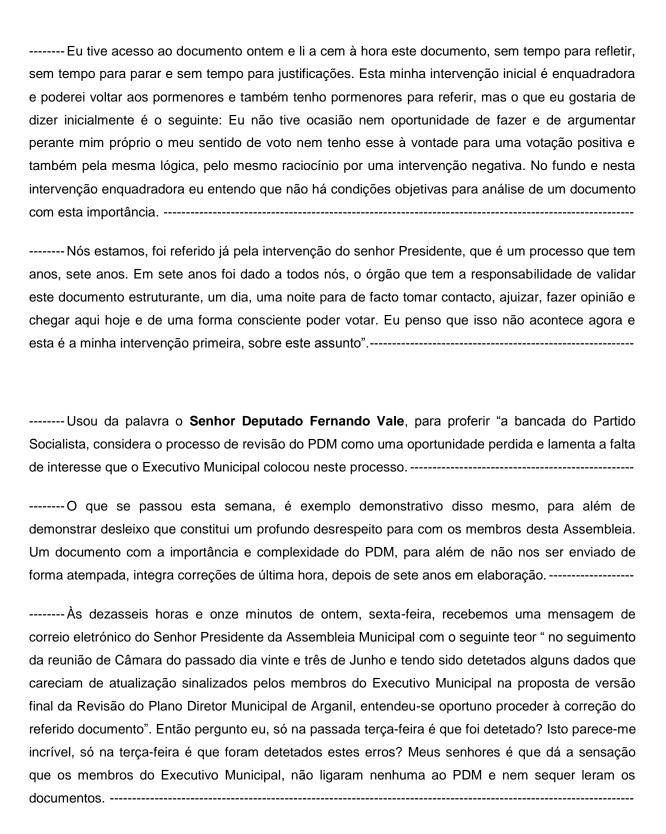


------Finalmente dar nota também da nossa satisfação também por cumprirmos aquilo que era um compromisso assumido com os arganilenses e finalmente estarmos em condições de concluir a Revisão do Plano Director Municipal, muito obrigado senhor presidente".----------- Depois de realizadas as inscrições, foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Junta de São Martinho da Cortiça, Rui Franco que começou por cumprimentar todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal para de seguida referir, "começo por e um pouco à parte deste tema, mas permita-me estas breves palavras visto que não tive oportunidade de me inscrever no período dos interesses do Município. ------------Uma palavra de agradecimento especial a todas as pessoas que compõem os diferentes Executivos das Juntas de freguesia, o Executivo da Câmara Municipal, os senhores Vereadores e o Senhor Presidente, por tantas e tantas vezes que demonstram a sua generosidade e disponibilidade para servir a causa pública, quando utilizamos e aqui já falo também incluído, as nossas viaturas pessoais para trabalhar para a comunidade, tantos e tantos quilómetros que nós fazemos com as nossas viaturas particulares para bem da comunidade. ----------- Agora sim relativamente ao tema em questão, uma palavra também de agradecimento e de elogio muito sincero ao Executivo da Câmara Municipal e aos técnicos da comissão de acompanhamento da revisão do PDM, pelo excelente trabalho realizado, que no espaço de tempo tão curto em relação àquilo que é habitual nas revisões do PDM ao nível nacional, conseguiram fazer um trabalho excelente, com transparência, com espírito de dedicação e nestes níveis, e eu posso testemunhar isso porque estive bem perto nas questões relacionadas com a minha freguesia, São Martinho da Cortiça. As questões graves que afectavam a minha freguesia em relação ao PDM foram na medida do possível e naquilo que tecnicamente é possível, foram e estão contempladas e resolvidas neste plano director, nomeadamente a problemática de extracção de inertes do caulino na serra da Catraia dos Poços, a criação de limites urbanos e da nova figura dos limites dos aglomerados rurais inexistentes até agora e que vem resolver muitos problemas, que vão permitir edificação dentro desses espaços rurais de uma forma ordenada. ------------- A criação do espaço agro-turístico na quinta do Carapinhal, a criação de tantos limites e limitativos que ordenam precisamente a edificação dentro do nosso território. Dizer-vos que o anterior PDM não teve a participação da comunidade, este teve e com certeza só por isso já lhe podemos dizer, que é o nosso PDM, é com certeza um instrumento de gestão territorial que está mais ao nosso serviço do que o anterior. É um excelente documento, basta até salientar aqui, como o Senhor

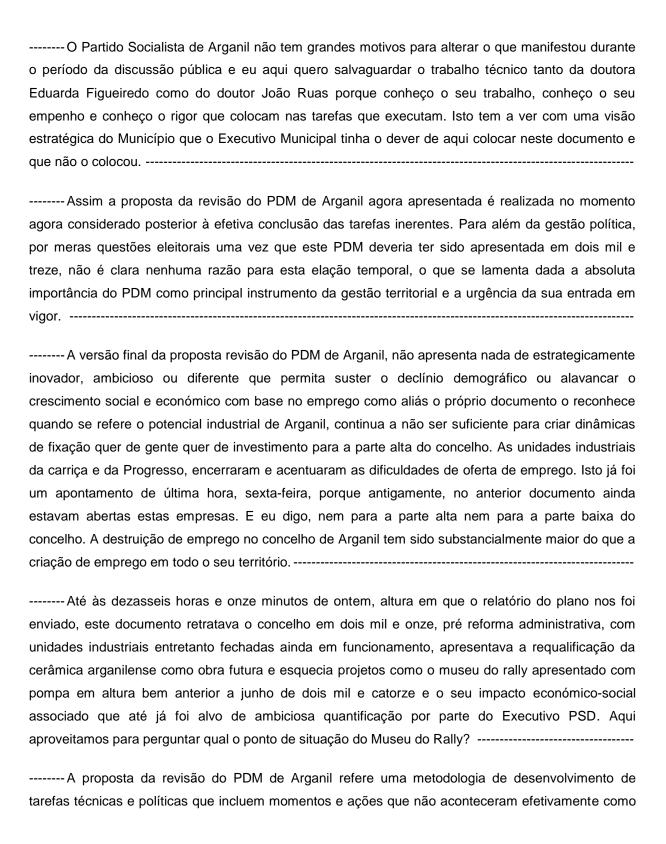


Presidente já referiu, o limite para edificação em espaço agrícola florestal de um hectare que foi conseguido para o concelho de Arganil quando outros concelhos não conseguiram. Salientar a participação para além dos técnicos de acompanhamento da Revisão do PDM, a dedicação e o empenhamento pessoal do Senhor Presidente da Câmara Municipal e dos senhores Vereadores, junto dos organismos da Administração Central que tutelam as diferentes áreas e os diferentes tipos de ocupação de solo no nosso território e com certeza por esse empenho e por essa dedicação é que foi possível chegar a este momento. ------------ Salientar a grande participação dos São Martinhenses no processo de participação da Revisão do PDM, recordo que das trezentas e sessenta e seis participações que houve por todo o concelho de arganil, mais de noventa pertenceram há freguesia de São Martinho, o que significa que as pessoas estão empenhadas em participar na construção de um documento que é essencial para o nosso crescimento, isso foi conseguido, foi conseguido também porque a Junta de Freguesia, desde a primeira hora, participou ativamente e informou a população sobre tudo aquilo que havia necessidade de informar, portanto foi um documento conseguido e vai ser com certeza um documento conseguido, para bem do Município porque este sim é um Plano Diretor Municipal onde nós participámos na sua construção e tenho a certeza absoluta que vai ser bem melhor que o anterior. -----------Termino fazendo uma questão concreta aos técnicos da comissão de acompanhamento da Revisão do PDM. Em todas aquelas questões que não foi possível satisfazer todos aqueles pedidos dos cidadãos, essa decisão esteve na base de quem? Ou seja, foi o Município que não quis satisfazer esses pedidos ou são questões de problemas técnicos de relacionamentos de organismos públicos, nomeadamente a Comissão da REN, da Agricultura, da gestão das Florestas, da Geologia por exemplo, colocaram eles sim o limite e o entrave para que isso não fosse possível? -----------É extremamente importante responder a esta questão porquê? Porque eu tenho a certeza absoluta que o que não foi possível aprovar, ou que não foi aprovado, teve por base com certeza questões de ordem técnica e não da vontade ou da falta de vontade do Município. ------------Teve a palavra o **Senhor Deputado Eugénio Fróis**, para referir "relativamente a este assunto, porque é um documento estruturante, todos temos essa noção, eu sinto-me hoje bastante desconfortável para o analisar. ------











sejam exemplos de suposta criação de uma comissão de acompanhamento interna com inclusão de representantes da oposição quer do Executivo Municipal, quer da Assembleia Municipal ou de um envolvimento de agentes de desenvolvimento. Igualmente não foi disponibilizado um blog de apoio à participação da comunidade, seria expectável que o processo de revisão do PDM tivesse desencadeado uma auscultação alargada aos industriais e restantes agentes económicos, verdadeiros responsáveis pelo desenvolvimento económico e criação de emprego. Seria expectável que a Câmara Municipal de Arganil, tivesse envolvido todos na construção deste documento estratégico, para que todos se revissem nele e fosse efetivamente um documento que perspetivasse uma visão desenvolvimentista do concelho. A proposta da Revisão do PDM de Arganil assume o declínio continuado do Concelho de Arganil e que entretanto se agravou, tanto ao nível demográfico, com uma das mais negativas taxas decrescimento demográfico da região, como a nível social e económico com o encerramento de empresas.

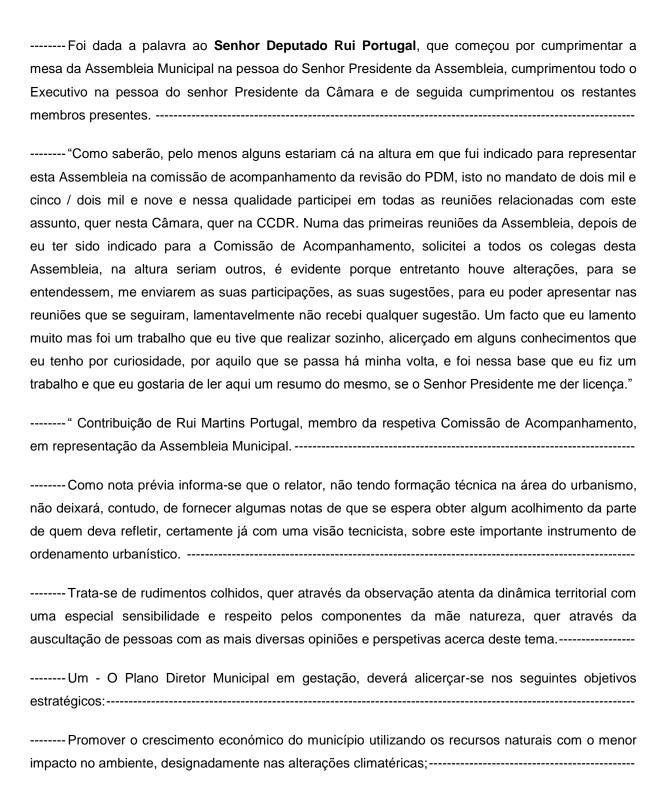
------A proposta da Revisão do PDM de Arganil não apresenta nada de estrategicamente inovador, ambicioso ou diferente que permita estancar a sangria demográfica ou alavancar o crescimento social e económico com base no emprego e devia faze-lo, pois a nossa população é trabalhadora, profissional e qualificada como atestam os resultados e o sucesso de algumas empresas exportadoras do nosso concelho e como hoje, já tivemos aqui oportunidade de escutar. O PDM assenta a sua execução apenas na expansão urbana de uma zona de Arganil, outra em Coja e nas ampliações das zonas industriais da Relvinha e Coja grosso modo, nos mesmos modelos que existem. Falam de zonas industriais de nova geração mas nada indica de substantivo provando que esse não passa de um conceito abstrato e indefinido, é muito pouco para uma vigência de dez anos e aqui também de manhã, o senhor engenheiro Francisco Moreira teve oportunidade também de destacar alguns erros que foram e estão a ser cometidos na zona industrial da relvinha.



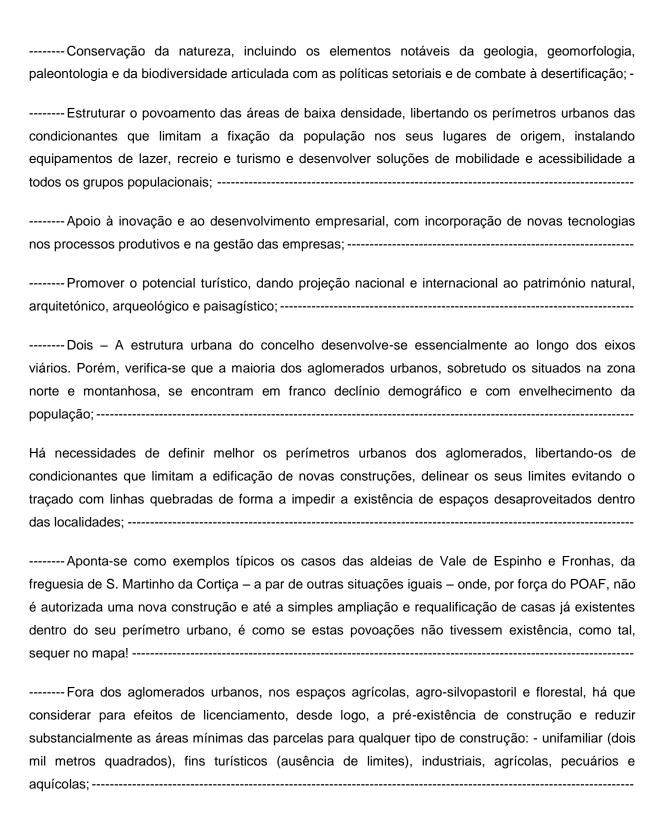
------A proposta de Revisão do PDM de Arganil inclui nas ações futuras a desenvolver pós entrada em vigor do PDM a execução de um plano de marketing territorial, mas estranhamente não o prevê na cronologia de execução e financiamento.

----- A proposta de Revisão do PDM de Arganil era uma oportunidade de fazer história, produzindo um documento que quanto mais discutido, alargado e transparente, mais e melhor teria sido assumido como sendo de todos e para todos. É referido que o plano de marketing territorial de investir na identidade arganilense. O Partido Socialista de Arganil, está bem ciente do que significa identidade de Arganilense e quais as suas pressões. Essa identidade vai muito para além da marca Piódão, gastronomia ou da paisagem, a identidade Arganilense é sobretudo fruto e expressão de uma gente, da sua cultura, da sua história longínqua e recente, da sua ligação à terra, da sua forma de ocupar e de a lidar, da intensidade umbilical e da sua ligação às raízes que estejam onde estiverem, se exprimem no associativismo empreendedor e no fervor das suas conviçções religiosas, sociais ou politicas. A identidade arganilense passa ainda pela defesa incontornável da dignidade do mundo rural e o seu aproveitamento para o desenvolvimento do concelho, quer seja através do recurso solo, da agricultura, da floresta, da energia, do emprego, da redução dos riscos ou do turismo. Portanto, como corolário, consideramos que esta oportunidade de rever a estratégia concelhia há dez anos não foi aproveitada pelo executivo PSD, tendo resultado um documento pouco ambicioso e nada diferenciador. A avaliação real do PDM começa agora quando se cruzar com as legítimas ambições dos cidadãos do nosso Concelho. Nesse momento confirmaremos se estamos perante um documento datado, hermético e condicionador, ou pelo contrário se se trata de um documento promotor do desenvolvimento económico, versátil no tempo e no espaço e acolhedor de investimento e de pessoas como o Concelho de Arganil desesperadamente necessita na certeza de que a importância estratégica que teríamos dado a este documento fundamental seria certamente extinta da promovida pelo Executivo PSD ao longo deste processo, com fraco envolvimento não só da posição mas também, repito, dos agentes económicos que verdadeiramente promovem o desenvolvimento do Concelho, o Partido Socialista de Arganil, estará sempre disponível para continuar a colaborar na discussão séria, construtiva e alargada dos assuntos do presente e do futuro do Concelho de Arganil e neste caso cá estaremos para uma monotorização séria e criteriosa deste já velho PDM. Nós como já foi aqui referido pelo meu colega Eugénio Fróis, não nos sentimos à vontade para votar este documento, devido à exiguidade temporal com que nos foi enviado, mas devido à obrigatoriedade de aprovação deste documento, hoje em Assembleia Municipal, ou de votação, não vou dizer aprovação, de aprovação, o Partido Socialista irá abster-se apesar de a nossa vontade ser a de votar contra". ----









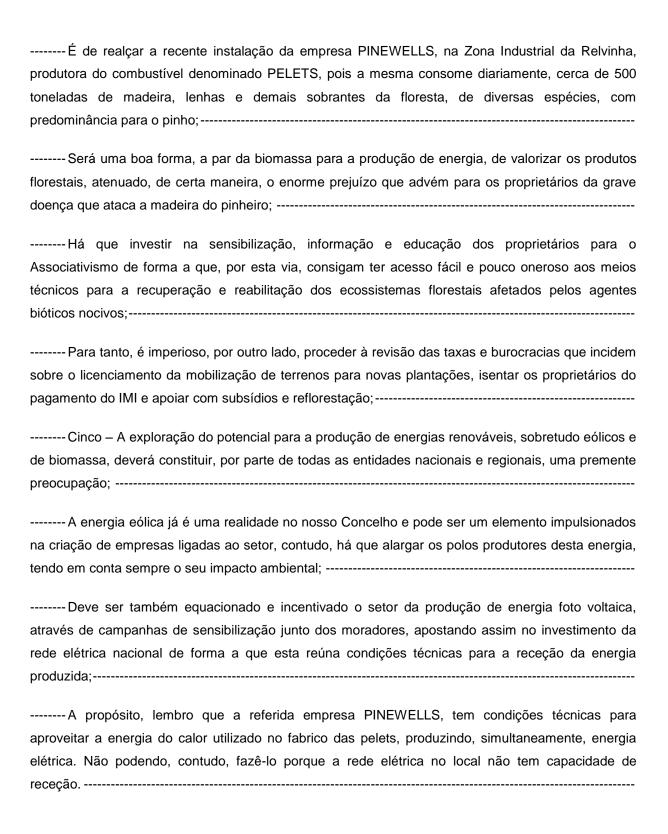


-----Tem-se verificado a intensificação de restrições ou condicionantes provenientes das RAN, REN, POAF, Rede Natura dois mil e Espaços para Industria Extrativa que, por vezes, se revelam desajustados das dinâmicas atuais, estou a pensar num caso ocorrido na freguesia de S. Martinho da Cortiça, em que foi negado o licenciamento de uma construção pelo facto de parte da sua edificação se localizar em RAN ou REN. Trata-se, para mim que sou um acérrimo ecologista, de uma decisão fundamentalista, dada a elevada taxa de desertificação que está a ocorrer no interior do nosso país. Par se aquilatar desta galopante realidade, é necessário que os decisores saiam dos seus cómodos gabinetes e venham pisar o terreno para melhor conhecer o País real. ------------------------------------ Disponibilizar incentivos económicos, financeiros e fiscais na construção, localizada sobretudo nas zonas de maior interioridade e, prioritariamente, na requalificação de prédios degradados; -----------É preciso investir na ampliação e na beneficiação da rede viária nacional e municipal, para o desenvolvimento de potencialidades regionais, e, sobretudo, dentro dos perímetros urbanos, haver a preocupação de manter o pavimento das ruas com as caraterísticas tradicionais (calçadas), e construir passeios e estacionamentos; -----------Três – Apoiar o Turismo, em todas as suas vertentes – Turismo da natureza, com alojamento, atividades de animação ambiental, interpretação e desporto de natureza; ------------- Proteger e valorizar o património arquitetónico e arqueológico; --------------- Desenvolver rotas temáticas, recuperar e requalificar edifícios, núcleos históricos e paisagens naturais; ----------- Definir uma estratégia de desenvolvimento do Turismo, com especial atenção para a parte alta do concelho (Piodão, Aldeias de Xisto, Fraga da Pena, Mata da Margaraça, Benfeita), para as potencialidades da Albufeira da Barragem das Fronhas e dos rios Alva e Ceira; ------------Ter em conta, (além do mencionado no projeto do PDM), designadamente, os vestígios de ruinas e vias romanas, dólmenes e monumentos classificados, vestígios de antigas Igrejas, dando como exemplo a da Cabeça Gorda, de S. Martinho da Cortiça; ------------ Recuperar, de acordo com o original, os troços ainda existentes da Estrada Real; -------------- Criar um Parque Temático, na península de Lomba de Guerra, na freguesia de Pombeiro da Beira, situada junto à povoação de Vale de Espinho, na margem esquerda da Albufeira da Barragem



das Fronhas, onde, por exemplo, se poderiam alojar os javalis e outras espécies selvagens que destroem as poucas culturas que ainda se vão produzindo;----------- Apoiar, eliminando restrições meramente burocráticas, o grande projeto do Aldeamento Turístico da Quinta da Estafeira, na freguesia de S. Martinho da Cortiça, o empreendimento turístico de maior dimensão no interior centro do país;----------- Apoiar os desportos de caça e de pesca e, sobretudo quanto a este, publicitar as potencialidades dos nossos Rios e Ribeiras para a pesca à truta, dando o devido realce aos campeonatos de nível internacional de pesca à truta que se realizam no rio Alva, a jusante da Barragem das Fronhas; ------Promover campanhas de divulgação a nível nacional e internacional dos produtos turísticos que a região pode oferecer, incluindo a sua gastronomia, do cabrito, bucho, enchidos, peixes do rio, filhós, queijo, mel, licores, aguardentes de bagaço e de mel, ervas aromáticas e a tigelada, doce típico de Côja:- ------------Quatro – Focar a atenção no desenvolvimento da dinâmica empresarial, base da sustentabilidade de muitas famílias e, obviamente, motor gerado do progresso local através da criação de postos de trabalho e de riqueza, contribuindo para o aumento demográfico e rejuvenescimento da população;------------ Apostar no desenvolvimento e ampliação da Zona Industrial da Relvinha, aproveitando a sua excelente localização geográfica e potencialidades de expansão; -----------No entanto, nos espaços empresariais / industriais não integrados em zonas Industriais deverão ser admitidas instalações de indústrias, desde que seja garantido o correto enquadramento ambiental paisagístico; ------------Outra das potencialidades do nosso Concelho que merece cuidada atenção é a fileira da Floresta, particularmente nas espécies do pinheiro bravo, eucalipto, castanheiro e carvalho e numa segunda linha os cogumelos e a apicultura; ------------ Deve merecer particular ponderação o processo de degradação em curso devido à doença (nemátodo) que ataca sobretudo o pinheiro, de forma rápida e imparável e que coloca em causa o rendimento silvícola, autêntica catástrofe que parece não estar a ser objeto de especial atenção no âmbito da investigação científica, de forma a encontrar o adequado remédio; -----------------------

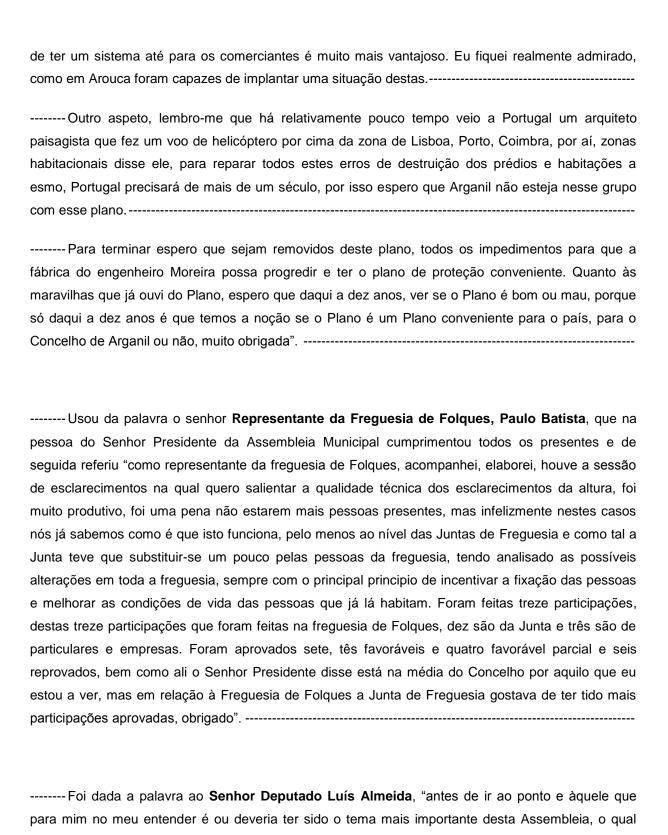






-----Seis - Finalmente, o nosso Concelho deve ser atrativo para fixar os habitantes e fazê-los sentirem-se bem e, depois ser capaz de atrair e fazer fixar novos habitantes e novas atividades; ------Os valores, histórico, cultural e de identidade devem, acima de tudo, ser preservados e afirmados numa perspetiva de proporcionar a todos, níveis de qualidade de vida agradáveis e modelos urbanos ------ Deverá haver a preocupação com o fácil acesso aos cuidados de saúde e à assistência médica, ----- E apostar nas redes de infraestruturas e equipamentos de nível fundamental que promovem a qualidade de vida, apoiam a atividade económica e asseguram a otimização do acesso à cultura, à educação e à formação, à justiça, à saúde, à segurança social, ao desporto e ao lazer." ------------Teve a palavra o Senhor Deputado António Lopes, para dizer " quanto ao plano, saí de Lisboa no início da tarde de ontem, estou a ver que chegou lá ao computador às dezasseis horas, por isso não tive conhecimento, no entanto participei ou pelo menos enviei para a Câmara aí há um ano, ano e meio, algumas sugestões e espero que tenham sido incluídas porque se referiam a criação de postos de trabalho. Espero que o Plano aumente a habitabilidade nas zonas históricas de Arganil, Coja, nestas terras maiores, a zona centro está completamente desabitada e trave a habitabilidade ou a construção de prédios fora da zona urbana, porque isso são as despesas improdutivas, precisamos de estradas, de água, de esgotos, de energia, de todo um conjunto de investimentos que na maior parte das vezes é para servir uma habitação ou duas e pouco mais. Veja-se o que acontece em Espanha que todas as povoações crescem circularmente, por isso todo aquele investimento que é feito, é muito menor e muito mais rentabilizado. -------------Outro aspeto e este é capaz de ser difícil de incluir num Plano Diretor Municipal, eu estive há pouco em Arouca, não sei se conhecem, Arouca é uma terra como Arganil ou mais pequena, mas tem um aspeto extremamente interessante, é que em todas as ruas, nós andamos em dias de chuva ou dias de sol à vontade, não apanhamos nem o sol do Verão nem a chuva do inverno, porque todas as ruas têm o sistema de platibandas e arcadas que permitem que o transeunte esteja perfeitamente protegido das intempéries, ora as cidades, as vilas, os aglomerados populacionais podem perfeitamente ter isso, basta incluir no Plano Diretor Municipal que o rés-do-chão de cada prédio tem



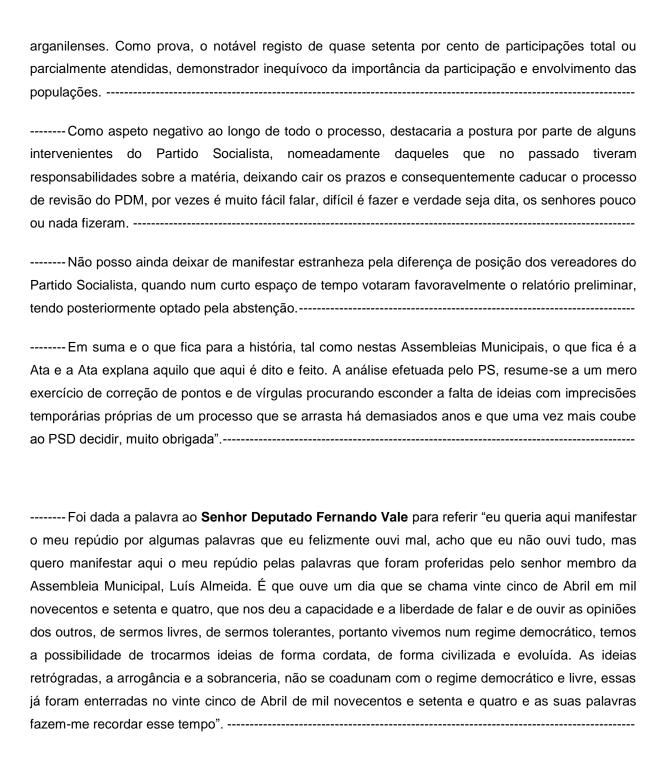




infelizmente só por volta do meio-dia é que começou a ser discutido e sobre isso só tenho a lamentar o tempo e sobretudo o tom utilizado por alguns que insistem em avivar fantasmas que são incapazes de ouvir e aceitar democraticamente uma resposta quando fazem uma pergunta parecendo mais preocupados em se ouvir apenas a si próprios como se fossem donos e senhores da razão. -----------Nós também tivemos eleições no final de dois mil e treze e dizer também que na minha opinião já é tempo suficiente para de cada um de nós interiorizar e aceitar o papel que o eleitorado nos confiou, bem como também entendo ser tempo suficiente para nos ajustar à cadeira e ao sítio que cada um ocupa nesta sala. ------------ Relativamente ao PDM vou começar por parabeniza o trabalho técnico na pessoa da doutora Eduarda Figueiredo que é merecedor do nosso maior respeito, também aqui salientar o esforço embora muitas vezes sozinho ou quase sempre sozinho, do colega de bancada Rui Portugal, enquanto membro desta Assembleia Municipal, na Comissão de Acompanhamento do PDM, e como aqui ele já teve oportunidade de referir e ele fê-lo aqui publicamente noutras situações, disponibilizarse não só com o seu e-mail pessoal, o seu contacto, para receber todos os contributos e mais algum e infelizmente criticas há muitas, mas contributos ou sugestões ele não teve nenhuma. -------------- Indo ao que interessa, ao que verdadeiramente interessa, quero aqui manifestar o meu regozijo por termos finalmente a oportunidade de votar e consequentemente aprovar a Revisão do Plano Diretor Municipal, o PDM documento estratégico de planeamento e desenvolvimento do Concelho, demonstrador do compromisso assumido com o eleitorado arganilense em dois mil e cinco e que uma vez mais o executivo PSD se prepara para cumprir. Mera curiosidade ou talvez não, o facto de que o atual PDM tenha sido aprovado em mil novecentos e noventa e cinco, por outro executivo PSD, já lá vão quase vinte anos.---------- A Revisão do PDM constitui um longo e complexo processo cuja morosidade se explica através do envolvimento de múltiplas entidades públicas sujeitas a várias mudanças legislativas resultando num documento, cuja vontade não corresponde à de nenhuma entidade em particular, traduzindo-se num documento de cedência de possíveis consensos. Queria aqui uma vez mais saudar o apelo e a participação ativa das populações nas sessões públicas de esclarecimento realizada por todas as

freguesias do concelho, traduzindo-se em trezentos e sessenta e seis contributos e sugestões, revelando-se fundamentais para sinalizar, discutir e mesmo corrigir algumas situações, permitindo reforçar a posição da Câmara junto das outras entidades sobre a importância de produzir alterações, contribuindo para melhorar substancialmente o PDM, tornando-o um documento de e para todos os







-----Sou com certeza a única pessoa presente aqui nesta Assembleia, que esteve na génese do Plano Diretor Municipal ainda em vigor e que agora vai ser revisto. Talvez melhor do que ninguém, conheço as dificuldades na altura e estou-me a reportar à década de oitenta, das dificuldades que encontrámos para elaborar esse plano, foi elaborado pela empresa PROFABRIL. Eu não sei quantas vezes me desloquei a Lisboa para que realmente o plano pudesse ser executado e tinha que ser executado porque de outra forma não teríamos acesso a financiamentos de fundos comunitários do então chamado FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional. Nessas deslocações foi preciso muitas reuniões com os técnicos da PROFABRIL, já agora só aqui um parêntesis, eu deslocava-me no meu carro porque a Câmara não tinha carro, mais tarde quando a Câmara comprou um carro, eu muitas vezes deixava-o à porta de casa, com certeza também estaria ao meu serviço particular, mas isto é apenas uma nota, mas realmente as dificuldades para a elaboração do Plano foram muitas e eu aqui não posso deixar de me congratular pelo trabalho que foi desenvolvido não só pelos técnicos da Câmara mas também pela equipa técnica que esteve nesta revisão, penso que é um trabalho válido. é evidente que esta revisão terá lacunas, deficiências, por isso é que num determinado período de tempo A posteriori, poderá ser objeto de uma revisão, nada na vida se consegue fazer com perfeição e se fazemos as coisas com erros é porque tivemos capacidade de as fazer e creio que chegar aqui a este ponto hoje, é dotar Arganil, o concelho, este nosso território com instrumento que lhe permitirá dar um salto de desenvolvimento que todos ambicionámos.-----



------Usou da palavra a **Senhora Deputada Arménia Coimbra** para proferir "para concluir e bem, senhor Deputado Luís Almeida, com muito desagrado oiço palavras que profere, escritas antecipadamente como todos tivemos oportunidade de ver, a criticar as vírgulas e a criticar as nossas críticas como se por antecipação ou adivinhação vossa excelência já soubesse quais eram as nossas observações.

------O Senhor Deputado Luis Almeida, ofende-nos quando começa por dizer que nós não devemos criticar, porque nós devemo-nos relembrar que este executivo foi eleito á dois anos e que temos que aprender. Eu tenho um Governo legitimado e tenho um Presidente da Republica legitimado, mas tenho uma oposição legitimada e que às vezes também está correta e que se não existisse o outro que governa e que preside e aqui no caso concreto o Senhor Presidente, não estaria legitimado. A legitimação do Senhor Presidente da Câmara e deste documento, existe porque há a submissão á apreciação deste órgão ao documento, se não, não estaria legitimado. A lei diz-nos isto, porquê relembrar-nos numa intervenção sua que trás de casa preparada, começar logo por nos lembrar que há dois anos foram as eleições e que o Executivo tem direito a tudo. Pois tem e por isso é aprovado e por isso vai ter a maioria, mas vai ouvir a nossa declaração de voto. Desagrada-me ter que dizer isto, desagrada-me com esta idade Luís Gomes, sabendo que foi um dos homens do Vinte Cinco de Abril ter que dizer aquilo que também disse há pouco e disse bem e ensinou bem, e graças que nós estamos aqui como oposição, porque no dia em que Portugal não houver oposição nem que seja um



na minoria, estaremos todos muito preocupados com o que possa ocorrer, mas esses dias provavelmente não acontecerão". ------------ Pediu a palavra o Senhor Deputado Luis Almeida, que referiu "Senhor Presidente, eu não costumo e não sou grande adepto de Pingue-pongue, mas também não posso ficar calado, até porque e na próxima Assembleia terão oportunidade de ler a minha intervenção e houve aqui palavras que foram aqui colocadas e que eu não disse e isto quanto mais não seja das entre linhas e do carapuço, enfia-o quem quer.------Relativamente a questões de ilições e democracia, eu de facto não vivi o Vinte Cinco de Abril de setenta e quatro, como não podia viver, tal como o colega da bancada da oposição Fernando Vale também não viveu, portanto aquilo que podemos ver ou é naqueles programas que a RTP tem passado naquele minuto ao fim do dia, ou é no youtube ou à procura na INTERNET, portanto sobre isso, longe de mim criticar a opinião seja de quem seja. Não vou continuar porque já aqui disse isto anteriormente, eu acredito em democracia, eu sou um social-democrata, pugno por ela e a minha intenção foi nesse sentido, de avivar a democracia, ou seja, quando nós fazemos uma pergunta temos que democraticamente aceitar uma resposta. Foi tão simplesmente aquilo que eu disse, tudo o que mais querem é colocar palavras na minha boca e a Ata da próxima Assembleia Municipal sugiro que a leiam. ------------ Quanto à intervenção escrita, ela é tanto escrita como rabiscada, agora o trazer de casa ou não e fazer aqui quase que adivinho, ainda bem, é sinal que eu me preparo, que eu leio os documentos, que eu faço o trabalho de casa e que eu também acompanho aquilo que é o papel da oposição, seja nas reuniões de Câmara, seja tomadas de posições publicas, seja artigos da oposição, portanto eu não disse nada de novo e muito menos adivinhação, porque no fundo a vossa posição é mais do ------ Usou da palavra o Senhor Deputado Fernando Vale, "foi interessante ouvir estas palavras do senhor membro da Assembleia Municipal Luís Almeida, eu disse o que não disse... Também é engraçado verificar que a sua vida se cinge desde o momento que nasceu para o futuro, portanto desconhece tudo o que se passou para trás, não conhece história, não conhece nada, apenas se cinge desde o momento que nasceu até ao futuro, é reconfortante saber isso, muito obrigada".------------ Pediu a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho da Cortiça Rui Franco, apenas para referir, "obrigada Senhor Presidente, não tinha intenção de intervir agora, mas terei que o fazer, até porque o meu colega de bancada Luís Almeida fez uma intervenção que



acho que os senhores e as senhoras da oposição se desviaram um bocadinho do sentido. O que ele referiu e eu percebi claramente, foi que houve uma falta de colaboração e de participação de V.Ex.as, agora e de quem vos antecedeu na revisão e na construção deste documento. Isso é que foi claro e foi isso que eu percebi disto tudo e esta conclusão é que fica aqui bem clara sobre isso. Obrigada". ---

------Foi aqui feita uma acusação ao Executivo relativamente ao tempo para ver estes documentos, Senhor Deputado Eugénio Fróis, nós não andamos a discutir a Revisão do PDM há um dia, houve uma versão que foi apresentada publicamente, foi alvo de discussão, foi alvo de um conjunto de



contributos das Juntas de freguesias, das pessoas, das instituições, também das forças politicas, portanto o documento é conhecido há muito tempo.-----------Faz exatamente hoje um ano, que a Câmara Municipal decidiu abrir o período de discussão pública da Revisão do Plano Diretor Municipal, por outro lado também aquilo que foi ontem remetido, tem a ver com alguns ajustes, relativamente a documentos que foram aprovados alguns deles à seis anos e portanto careciam de alguma atualização e só depois de termos a certeza que essa atualização podia ser feita sem comprometer as decisões que a comissão de acompanhamento tomou em devido tempo, é que fizemos chegar essas alterações, que são alterações de forma, não são alterações de conteúdo relativamente àquilo que são a estratégia para o Concelho. ------------ Algumas das intervenções de alguns dos Senhores Deputados, repito de alguns dos Senhores Deputados da oposição deixam-me com um sentimento de absoluta estupefação, é que o Partido Socialista foi ao longo destes anos foram incapaz de produzir uma proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal. No ano dois mil iniciaram uma pertença Revisão do Plano Diretor Municipal que chegou este executivo à Câmara em Outubro de dois mil e cinco e quando questionou a Comissão de Coordenação do Desenvolvimento Regional do Centro, sobre essa putativa Revisão do Plano Diretor Municipal, fomos informados que a Câmara Municipal não tinha apresentado nenhum documento junto da CCDR e portanto não havia nenhuma revisão em curso. Fico de facto perplexo e estupefacto, quando ouço o Partido Socialista fazer uma intervenção como hoje fez aqui quando foi absolutamente incapaz de apresentar uma proposta da Revisão do Plano Diretor Municipal e que se o tivesse feito em tempo útil, seguramente não teríamos esperado até vinte sete de junho de dois mil e quinze para ter a Revisão do Plano Diretor Municipal concluída é isso que eu gostava que ficasse aqui muito claro. -----Por outro lado, tenho o maior respeito por todos aqueles que ficam no concelho para contribuir para a criação de riqueza, para a criação de progresso, para a criação de desenvolvimento. Tenho igualmente respeito por aqueles que partem à procura de melhores condições de vida por não terem todas as condições para poder permanecer. A maior das dificuldades em manter o mesmo respeito por aqueles que fazem discursos muito inflamados, por aqueles que fazem reflecções muito profundas sobre o inverno demográfico, sob o decréscimo da população, mas que na primeira oportunidade quando tinham condições para ficar, viraram as costas ao concelho, por esses confesso que não consigo ter o mesmo respeito que pelos anteriores. ------------O Plano Diretor Municipal, como eu referi na minha intervenção, é um instrumento de

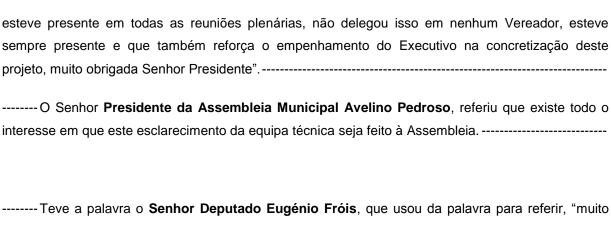
planeamento e foi um documento extremamente participado, extremamente que motivou uma



------Senhor Deputado Paulo Batista, eu ouvi com atenção a sua intervenção, de facto ouve um conjunto de propostas aceites, outras que não foram aceites, mas rematando esta intervenção e também dando de alguma forma, resposta àquilo que foi a pergunta do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho da Cortiça, a quem agradeço todas as palavras elogiosas que teve para com a Câmara Municipal e para com a equipa, eu queria apenas dizer-lhe que defendemos todas as propostas com o mesmo empenhamento e com a mesma determinação, algumas não foram possíveis, mas temos uma taxa de aceitação de quase setenta por cento e isso é significativo. ---------

------Queria apenas pedir ao Senhor Presidente da Assembleia, porque havia aqui a questão técnica da SOLALVA para responder, se permitia que o doutor João Rua e o doutor Alberto Pedrosa, a quem quero agradecer da equipa Síntese que nos acompanhou, pela qualidade do trabalho desenvolvido. Também uma palavra para o doutor Rui Portugal que me acompanhou na Comissão de Acompanhamento e testemunha o empenhamento do Executivo nesta matéria, porque fiz questão de estar em todas as reuniões plenárias da Revisão do Plano Diretor Municipal, o Presidente da Câmara



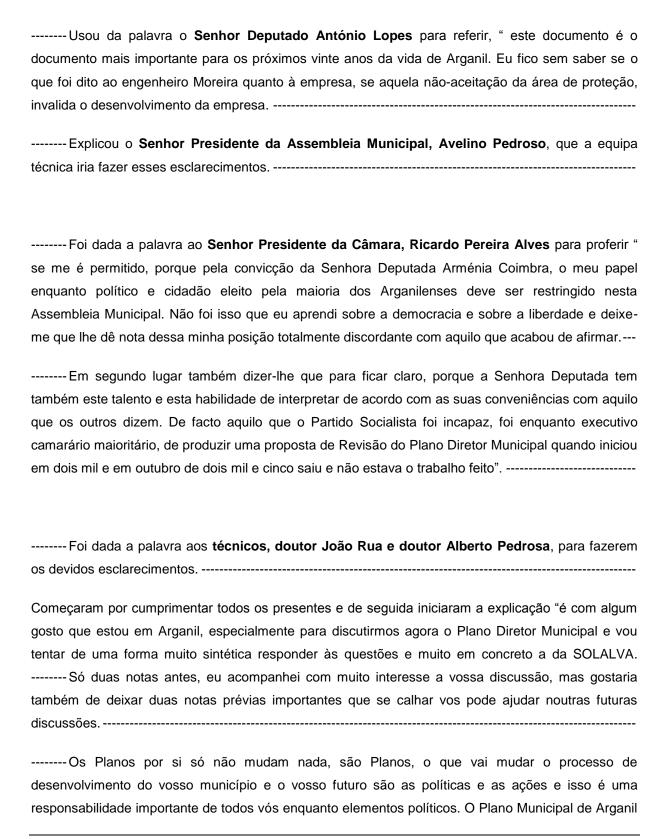


obrigada Senhor Presidente, é um gosto e ficaria mal se eu não dissesse o que vou dizer a seguir, o Senhor Presidente da Câmara sabe que o Deputado Eugénio Fróis é um deputado atento, ninguém questiona isso nem ninguém põe isso em dúvida, penso que todos sabem isso e naturalmente quando eu digo que houve falta de tempo, ouve falta de tempo, porque relativamente àquilo que foi público, eu fui anotando todas as informações que foram chegando e verificando as informações que foram recolhidas nas Freguesias, portanto quanto a isso estamos de acordo. Agora quando nos chega ontem, um conjunto de alterações tão significativas, isto significa que isto é um processo dinâmico e que é preciso tempo para analisar tudo isto, isto é o facto real, não estamos a inventar nada, são coisas concretas e também não posso deixar de terminar sem dar uma declaração de conteúdo prático, apesar da minha leitura a cem à hora feita ontem à noite, privando-me do meu tempo de lazer, ainda vou sugerir algo à equipa técnica que me parece que não está em conformidade. Nos documentos, objetivamente uma situação concreta, nos monumentos de classificação, á um de classificação e interesse nacional e outras classificações como bem sabem e eu estou a referir isto para nos podermos situar, fala-se de pelourinhos a nível concelhio e a classificação que vem é o Pelourinho de Vila Cova do Alva e o Pelourinho de Arganil, senhores técnicos verifiquem a opinião dos especialistas e a obra publicada sobre esta matéria em Arganil, e naturalmente que não é o Pelourinho de Arganil que merece essa referência. Peco-vos de facto que verifiquem isso porque de

------Foi dada a palavra à **Senhora Deputada Arménia Coimbra** que proferiu, "muito cirurgicamente, primeiro ponto, em minha interpretação as intervenções do Senhor Presidente da Câmara nas Assembleias Municipais, devem-se restringir às questões que são colocadas pelos Senhores Deputados, a Assembleia é dos Senhores Deputados, Membros eleitos presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia. As considerações que o Senhor Presidente da Câmara faz









é uma proposta equilibrada no seu todo e encaixa multiplicidade de estratégias de desenvolvimento, nesse aspeto estejam descansados, é um plano equilibrado, agora não esperem do Plano coisas que ele não possa dar. Os Planos não resolvem os problemas nem da demografia, nem de investimento nem na criação de emprego, isso tem a ver com dinâmicas e iniciativas locais de desenvolvimento e é para isso que todos devemos trabalhar. ------------ A questão da SolAlva é uma questão simples, empresas deste tipo que existem no concelho, são sempre tratadas ou foram tratadas assim no Plano Diretor Municipal: em três questões simples, feliz dos Municípios e das regiões que têm empresas deste tipo, é para enquadrar a sua actividade? É. É para permitir a sua ampliação caso seja necessário? É. É para criar condições que até possam vir a ser expandida se for necessário no futuro? É. Todas essas questões foram integradas no Plano Diretor Municipal. Como a Indústria está classificada em termos de actividade económica, portanto pode e tem enquadramento do Plano, toda a área da propriedade foi integrada em área da actividade económica e essa não estava no anterior Plano, houve necessidade de se proceder a uma serie de reuniões as quais o Senhor Presidente sempre esteve presente a nível de Lisboa para desafetarmos parte da área da Reserva Ecológica Nacional e foi desafetada, Dentro da área da propriedade tal como foi solicitado está classificado como atividade económica, pode ampliar e depois havia ali uma outra questão e terceira que me apercebi depois aqui na vossa discussão e que também faz algum sentido, a área de Proteção. A área de Proteção aqui, a Industria não precisa de ser protegida porque ela é compatível com a ocupação que tem ao lado e a ocupação ao lado também não precisa de ser protegida porque ela é compatível com a Industria que ali está, ou com a atividade que ali está.-----------Se eu coloca-se por exemplo um verde naquela área, à volta da parcela, o que é que se estava a dizer ou o que é que o Plano estava a dizer? No futuro, a Industria não pode sair da unidade ou da parcela em que está inserida e o proprietário que tinha o verde, recebia o ónus e o município a obrigação de desapropriar.----------- A classificação que tem hoje, permite o melhor dos mundos, se entenderem fazer uma faixa de proteção podem-no fazer, se entenderem ou necessitarem no futuro de terrenos para a ampliação podem-no fazer é compatível com a classificação de solo. -----

------Um Plano Diretor Municipal só classifica o solo e a classificação que tem atualmente toda aquela zona, onde está a SOLALVA e a envolvente, permite a atividade económica como está hoje, permite a ampliação dentro da parcela e permite no futuro caso seja necessário a ampliação para o

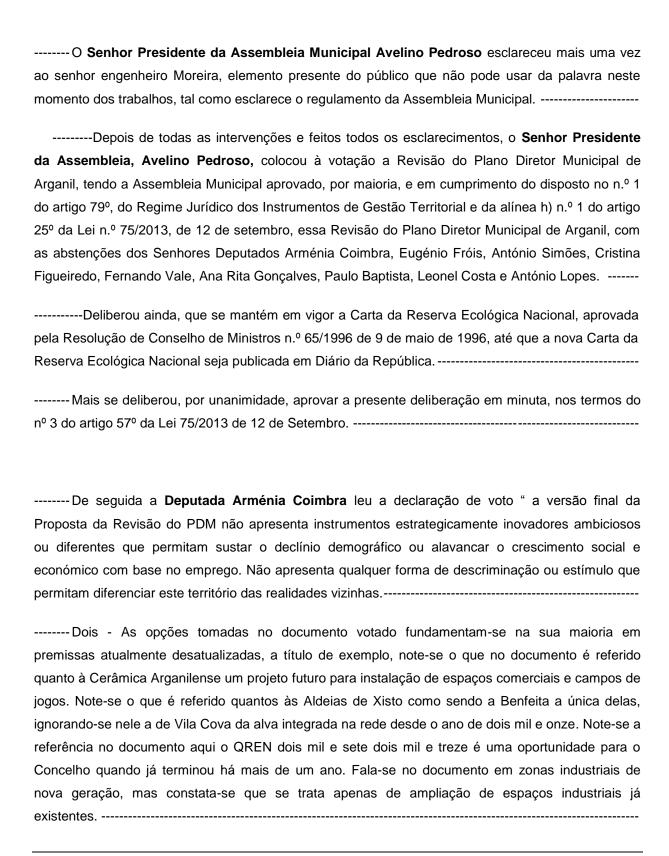


exterior da parcela. Sobre esse ponto de vista o Plano diretor Municipal enquadrou as preocupações que foram apresentadas e tidas em conta.-----

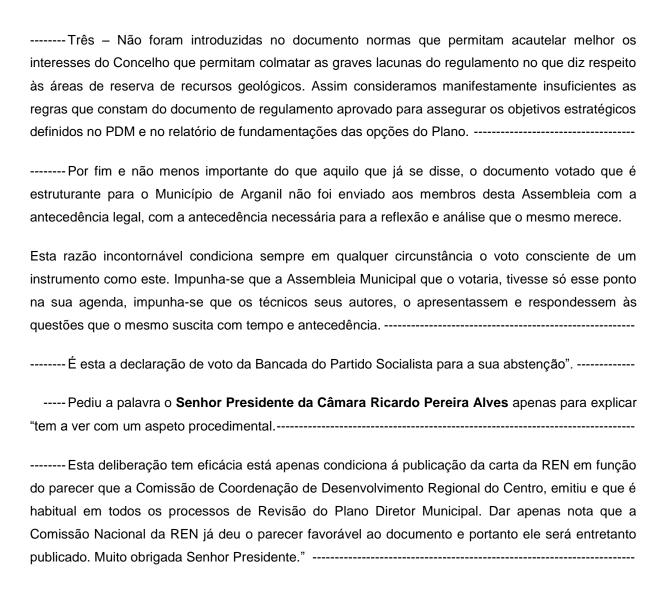
------Na minha perspetiva sobre esse ponto, é uma não questão. Os Planos Diretores Municipais às vezes são difíceis de ler, porque isto trata-se de classificações de solo e entendimentos jurídicos a eles associados, não tem uma tradução direta das coisas. Devemos ter um bocadinho desta atenção e se calhar poderíamos fazer muitos mais debates sobre isso para sabermos qual é o âmbito do alcance do Plano Diretor Municipal porque nós não vamos encontrar lá as coisas muito em concreto.

------ Vou-vos dar um exemplo, não há estratégias em desenvolvimento turístico, os Planos Diretores Municipais hoje, não vão dizer aqui vai acontecer isto, aqui vai acontecer aquilo, eu não sei como é que a iniciativa privada ou a dos promotores vão agir, o que o Plano Diretor Municipal vai fazer e o seu principal objetivo, é não criar dificuldades ao que possa acontecer e hoje a indicação de todas as entidades para tratar o Turismo e hoje é um setor interessante, não vamos territorizar, não vou dizer que é aqui, ali ou acolá, é onde possa acontecer e definir regras para que as coisas possam acontecer. Desde que se respeitem determinadas regras, as coisas podem acontecer haja é dinâmica, a dinâmica é que tem que acontecer, isso é que é o desafio. O desafio não é dizer vou fazer isto, está bem isso todos os Municípios querem, não existe Município nenhum que não queira criar mais emprego, não existe Município nenhum que não queira atrair mais investimento, não existe Município nenhum que não queira ter uma zona Industrial cheia, isso toda a gente quer, o problema é como é que eu vou fazer isso. Isso não é um desenho, não é um plano, é bom que nós as tenhamos, mas é bom que o Plano permita espaço para que as coisas aconteçam. Mas as coisas acontecem quando eu implemento politicas e quando eu passo para a ação, esta é a perspetiva hoje de Planeamento em geral, em Arganil mas também em todos os Municípios do nosso país, é uma realidade diferente do que eram os Planos Diretores Municipais à dez ou quinze anos atrás, ou dos Planos à vinte ou trinta anos atrás feitos por autores. Os Planos não vão adivinhar nem vão desenhar o que vai acontecer no futuro, vão criar um quadro regulador, uma trama onde vão acontecer coisas e vão tentar não criar obstáculos, as politicas e a gestão política que é o que vocês fazem aqui enquanto órgão têm um espaço no Plano Diretor Municipal para criarem o melhor modelo de desenvolvimento mais adequado aos recursos que vocês têm no vosso Concelho e são muitos. Portanto as oportunidades estão aí, o Plano Diretor Municipal de Arganil não tem mais poder, que não seja iniciar uma nova oportunidade de desenvolvimento". ------









4)-Apreciação da Listagem de contractos plurianuais celebrados entre 15 de Abril de 2015 e 12 de Junho de 2015, no âmbito da Autorização Prévia genérica da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais – alínea c), do nº1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua actual redacção (Lei dos compromissos e pagamentos em atraso).



5)-Análise e votação da proposta de adesão do Município de Arganil como membro da

Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas (APDA)
Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Ricardo Pereira Alves , para proferir que "relativamente a este ponto da Associação Portuguesa de Drenagem de Água, que congrega todos os stay coolers do sector, entre empresas, autarquias, todas as entidades que actuam nestas esfera das águas e do saneamento e faz um trabalho importante e parece-nos relevante a autarquia aderir como membro desta associação.
Depois do esclarecimento feito pelo Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação tendo sido aprovado pela maioria com uma abstenção, sendo do senhor Deputado António João Lopes
Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro
6)-Informação para conhecimento do Governo de Portugal – Secretário de Estado da Administração Local do Ofício sobre a transferência da Universalidade da Assembleia Distrital de Coimbra.

documento legislativo em que há a transferência da universalidade dos bens que eram propriedade da Assembleia Distrital para as Comunidades intermunicipais e é esse o objecto do despacho do Senhor Secretário de Estado da Administração Local. Haverá depois uma análise muito rigorosa de cada um dos prédios, bem como dos montantes a transferir da Assembleia Distrital para a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, uma vez que há algumas divergências com alguns Municípios, mas no fundo é este o objecto do despacho do senhor Secretário de Estado".------

Esclareceu o Senhor Presidente da Câmara, Ricardo Pereira Alves, dizendo " saiu um novo



7) Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da Actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo
ENCERRAMENTO
Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a
sessão, agradecendo a presença de todos, Senhores Deputados, Executivo, também aos elementos
do stafe do Município e à Imprensa que aqui estiveram, desejando um resto de um bom dia e assim,
declarou encerrada a sessão da qual, para constar, se lavrou a presente acta que eu,

_____, 1º Secretário redigi, subscrevi e também assino.



ANEXOS